

# Elementos Estruturantes de uma Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios

© 2012 MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens é do CDT/UnB – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília.

---

Proposta de Teses e Diretrizes para a Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios: Consulta Pública / Coordenação Ednalva Fernandes Costa de Moraes. – Brasília : MDIC, 2012. 68 p. : il.

1. Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios - PNEN. 2. Empreendedorismo. 3. Políticas Públicas. I. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. II. Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília.

CDU 338.26

---

Este trabalho é fruto de cooperação entre o MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por intermédio da Secretaria de Comércio e Serviços – Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, e o CDT/UnB – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília.

**MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

*www.mdic.gov.br*

Ministro: Fernando Damata Pimentel

Secretário Executivo: Alessandro G. Teixeira

Secretário de Comércio e Serviços: Humberto Luiz Ribeiro da Silva

Diretor do Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas: Sergio Nunes de Souza

## **Equipe Técnica do CDT/UnB**

### Pesquisadoras

Ana Cartaxo Bandeira de Melo  
Arij Mohamad Radwan Omar Chabrawi  
Ednalva F. C. de Moraes  
Jocelita Palhano  
Rosângela Maria Ribeiro Muniz

### Apoio técnico

Anísio Lopes de Castro  
Bruno Vieira  
Cauan Braga  
Georgeanne Pinho  
João Orlando Rodrigues Neto  
Michele Alves Marques  
Rosângela Medeiros Cavalcante Felix de Oliveira  
Tiago Machado de Alencar

### Coordenação Geral

Ednalva Fernandes Costa de Moraes

### Coordenação Técnica

Rosângela Maria Ribeiro Muniz

## **Equipe do MDIC**

Carlos Veloso de Melo Júnior  
Fabio de Medeiros Souza  
Fábio Santos Pereira Silva  
Sergio Nunes de Souza

## **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

### **Secretaria de Comércio e Serviços**

### **Departamento de Micro e Pequenas e Médias Empresas**

Esplanada dos Ministérios Bloco J Sala 304, Brasília-DF

CEP:70053-900

Tel: (61)2027-7095

E-mail: depme@mdic.gov.br

www.mdic.gov.br

# Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>1. Introdução e Contextualização</b>	<b>9</b>
1.1 Conceitos de política pública, teses e diretrizes utilizadas no projeto	11
1.2 Conceitos de empreendedorismo utilizados no projeto	12
1.3 Motivações de uma política pública de empreendedorismo e negócios	14
1.4 Público-alvo da Política	16
<b>2. Metodologia e Principais Produtos</b>	<b>17</b>
2.1 Referências de elaboração de políticas públicas	17
2.2 Identificação e seleção de fontes	18
2.3 Formação da matriz de análise	19
2.4 Matrizes de estudos de cenários nacionais de empreendedorismo	21
Matriz Brasil	23
Matriz Estados Unidos	26
Matriz Alemanha	28
Matriz Itália	30
Matriz Chile	32
Matriz Índia	34
2.5 Consulta com questionário eletrônico	35
2.6 Oficinas regionais	36
2.7 Oficinas com agentes governamentais	37
2.8 Consolidação dos resultados	41
2.9 Seminário Internacional e Consulta Pública	42
<b>3. Diretrizes e Estratégias</b>	<b>45</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>55</b>
<b>Lista dos Participantes na Construção das Teses e Diretrizes da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios - PNEN</b>	<b>57</b>



# Apresentação

Este documento executivo apresenta os resultados do projeto de construção de Elementos Estruturantes de uma Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios, cujo objetivo geral é o delineamento de uma política nacional de estímulo ao empreendedorismo por meio de um conjunto de ações de sensibilização, mobilização e estímulo ao debate entre as partes diretamente interessadas - governo, empresariado, academia e sociedade civil.

O projeto emerge das discussões e propostas do Forum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e dos seus correspondentes Fóruns Regionais que clamam por medidas de governança e de simplificação dos processos nos quais estão envolvidos diretamente os empreendedores brasileiros.

Tendo por princípios a mobilização e a construção coletiva, o projeto foi desenvolvido a partir da cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, por meio da Secretaria de Comércio e Serviços - Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UnB.

Algumas razões são explicitadas como justificativas para a construção de uma política nacional de empreendedorismo e negócios no Brasil. Todas elas estão relacionadas à necessidade de criação de um ambiente sócio-econômico, político e tecnológico favorável à criação e ao desenvolvimento de empreendimentos sustentáveis. Embora haja o reconhecimento de que o ambiente econômico e social brasileiro tem experimentado atualmente importantes transformações estruturais, como a estabilidade macroeconômica, a consolidação do mercado interno de consumo, a existência de bônus demográfico e a ocorrência de mudanças no ambiente corporativo, que são elementos essenciais para a transformação da estrutura empresarial brasileira rumo ao alcance de níveis mais elevados de competitividade e produtividade, bem como de reposicionamento do Brasil frente aos principais atores internacionais, ainda não se pode afirmar que o Brasil possui uma política nacional de estímulo e apoio ao empreendedor. Observa-se que o tema empreendedorismo é parte integrante da pauta de ações de diversos órgãos e entidades, mas implementadas de forma desarticulada e desconhecida por muitos, e que o empreendedorismo como quinto fator de produção é estratégico, mas ainda não valorizado nas organizações públicas e privadas.

Alguns dos impactos esperados com a implantação da PNEN são: a ampliação do entusiasmo e motivação do cidadão em relação à iniciativa empreendedora responsável; a criação de condições igualitárias para o estímulo ao crescimento das empresas entre os níveis micro, pequenas, médias e grandes empresas; a valorização social do empreendedor, em especial os iniciantes e as médias empresas emergentes; e por fim, mas não menos importante, a mobilização dos entes públicos em direção à simplificação do ambiente de negócios e do fomento ao empreendedorismo, conforme prevê a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei 123/2006).

## ONDE ESTAMOS

### Oportunidades

- Baixas taxas de desemprego, com redução crescente nos índices;
- Inclusão de segmentos da população que viviam à margem;
- Crescimento do consumo das famílias;
- Expansão das fontes de crédito e investimento para novos negócios;
- Incremento da Taxa de Empreendedores Inicial;
- Mulheres brasileiras entre as mais empreendedoras do mundo;
- Crescimento do empreendedorismo por oportunidade.

### Desafios

- Entraves de produtividade, eficiência e preços;
- Gargalos de infraestrutura física e de acesso às TIC;
- Quadro burocrático e fiscal pouco favorável;
- Assimetrias de desenvolvimento regional;
- Baixa coordenação das políticas públicas;
- Baixa inserção das MPEs nas exportações;
- Tempo médio de escolaridade insuficiente;
- Tendência a negócios de baixo valor agregado e potencial de emprego;
- Alto índice de mortalidade de empresas nos primeiros cinco anos.

## ONDE QUEREMOS CHEGAR

- Melhoria de competitividade e produtividade;
- Governança com maior sinergia;
- Sistema educacional em todos os níveis com pedagogia para o empreendedorismo;
- Sistema único de informações relevantes e estratégicas ao empreendedor;
- Ampla oferta de infraestrutura física e serviços estratégicos de base para o empreendedor;
- Integração governo, empresa e universidade para a inovação e a competitividade;
- Empreendedor brasileiro inserido nas cadeias produtivas globais;
- Empreendimentos sustentáveis com exploração de novos mercados;
- Brasil como referência para empreendedores étnicos e de gênero.

## COMO CHEGAREMOS LÁ

- Superando os gargalos sistêmicos de infraestrutura;
- Articulando e coordenando as ações de governo para o empreendedorismo;
- Induzindo a correção das falhas de mercado;
- Estimulando a criação de incentivos específicos ao empreendedorismo por Estados, DF e Municípios;
- Promovendo ajustes nas normas trabalhistas, tributárias e de falências;
- Simplificando procedimentos para abrir e fechar negócios;
- Aprimorando a comunicação e a integração entre as agências governamentais;
- Fortalecendo as incubadoras de empresas e parques tecnológicos;
- Promovendo a cultura de exportação entre os empreendedores brasileiros;
- Apoiando o desenvolvimento e disseminação de metodologias inovadoras de educação empreendedora;
- Inserindo conteúdos e práticas empreendedoras em todos os níveis de ensino;
- Promovendo a visão de negócio no ambiente universitário;
- Criando bônus creditício e de incentivos fiscais à capacitação de empreendedores;
- Criando e aprimorando plataformas virtuais de capacitação empreendedora;
- Direcionando os investimentos governamentais para a geração de negócios inovativos;
- Promovendo a geração de negócios com uso sustentável da biodiversidade brasileira;
- Adequando as exigências de garantias para crédito de empreendedores iniciantes de alto impacto;
- Atraindo investimentos de capital semente e de risco e estimulando a formação de angels.
- Incentivando o reconhecimento social do empreendedor e a formação de redes;
- Apoiando empreendedores específicos, como mulheres, negros e pessoas da terceira idade.



# 1. Introdução e Contextualização



As teses e diretrizes para a formulação de uma Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios foram construídas em alinhamento com as políticas federais, em especial aquelas configuradas nas diretrizes centrais do governo e do Plano Brasil Maior. Na última década, o Brasil vem orientando o seu processo de desenvolvimento a partir de políticas que buscam conciliar o crescimento econômico com a crescente redução das desigualdades sociais, ao tempo em que procura avançar no desenvolvimento científico e tecnológico, de modo a alcançar maior competitividade. Tudo isso sem perder de vista a sustentabilidade ambiental, que diferencia o País pela extraordinária riqueza de sua biodiversidade.

Essa mesma tendência permeia o Plano Brasil Maior, política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período de 2011 a 2015. O Plano pretende mobilizar as forças produtivas para inovar, competir e crescer, dinamizando as competências presentes nas empresas, na academia e na sociedade. Ele integra instrumentos de vários ministérios e órgãos do Governo Federal, somando iniciativas e programas num esforço integrado e abrangente de geração de emprego e renda, de promoção da competitividade econômica do País, com equidade e sustentabilidade ambiental.

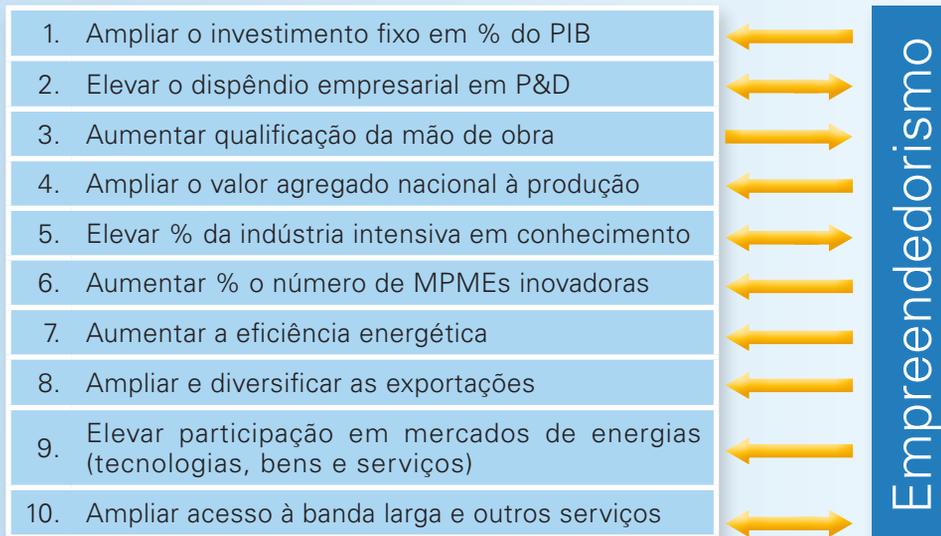
Destacam-se, no âmbito do Plano Brasil Maior, algumas medidas com maior impacto nas políticas voltadas ao incremento do empreendedorismo de negócios no Brasil, como, por exemplo, a desoneração dos investimentos e das exportações; o aumento de recursos e aperfeiçoamento no marco regulatório para inovação; a criação de regimes especiais para agregação de valor e de tecnologia nas cadeias produtivas; a regulamentação da lei de compras governamentais para estimular a produção e a inovação no País e, de forma mais direta, estímulos ao crescimento de pequenos e micronegócios. A Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios estará alinhada ao Plano Brasil Maior também no sentido de alcançar resultados na redução das desigualdades regionais.

Assim, o empreendedorismo constitui implicitamente uma condicionante ou um resultado, ou ambos, de cada uma das dez metas do Plano Brasil Maior, as quais, direta ou indiretamente, traduzem ações de amplo impacto no estímulo e apoio ao empreendedorismo empresarial ou potencializando essa atividade no País.

## Relação do Empreendedorismo com as Metas do Plano Brasil Maior

### Legenda

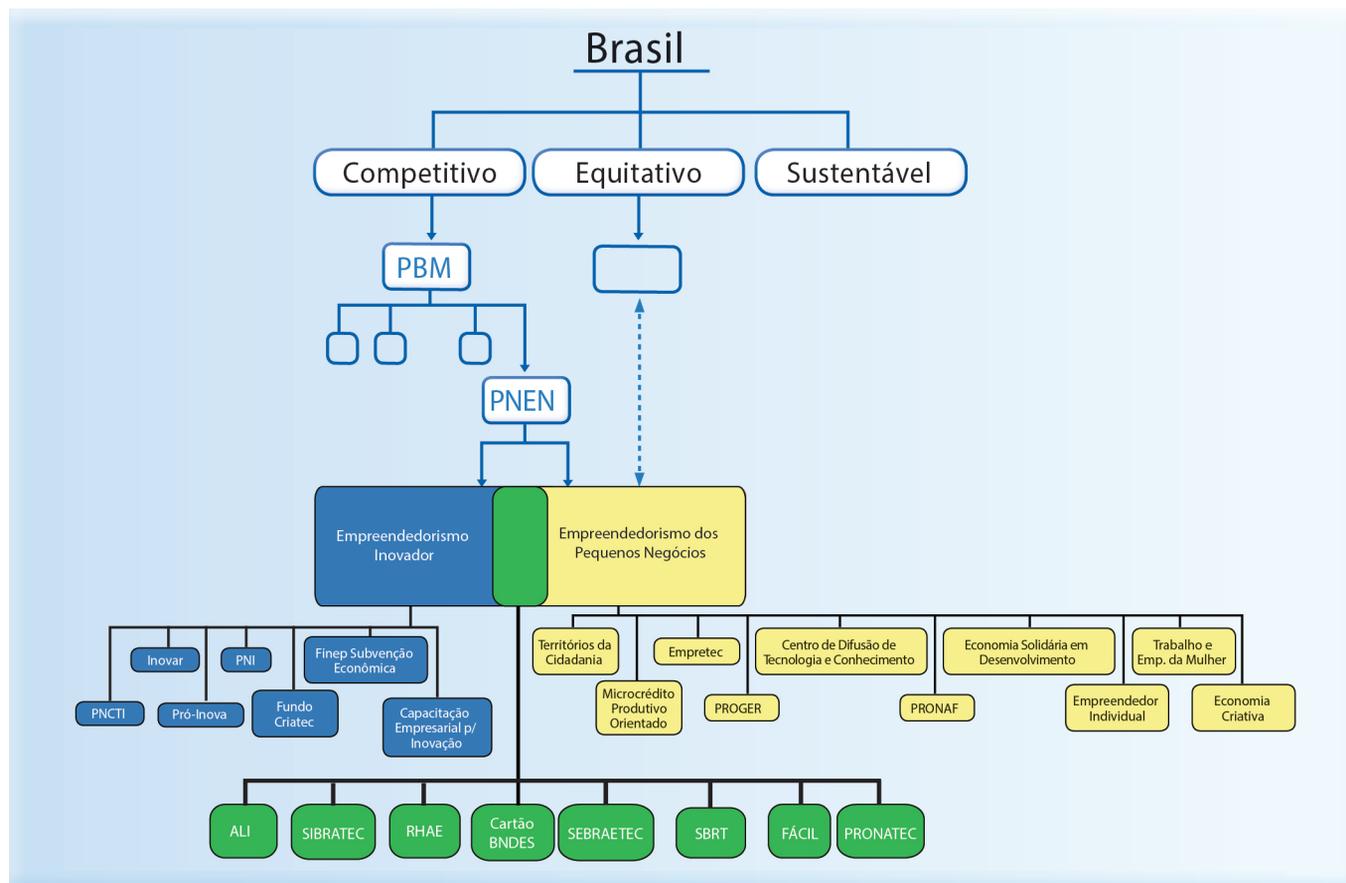
- ← Empreendedorismo é condicionante para o alcance da Meta.
- A Meta é condicionante para a promoção do Empreendedorismo.
- ↔ Meta e Empreendedorismo se condicionam reciprocamente.



Nesse contexto, deve-se entender uma política nacional de empreendedorismo como a coordenação dos esforços governamentais para promover o empreendedorismo empresarial em suas diversas facetas, no âmbito de uma política pública mais abrangente, definida pelo Plano Brasil Maior. Essa política não se confunde, mas complementa e interage de forma sinérgica com outras políticas específicas que têm interface com o tema, e que estão a cargo de outros agentes governamentais, como, por exemplo, a política voltada para os micro e pequenos negócios, de um lado, e, de outro, a política de estímulo ao empreendedorismo inovador. A PNEN atuará na coordenação e harmonização dos instrumentos previstos para o alcance das diretrizes e dos objetivos da Política, bem como na elaboração de novos instrumentos de ação que possam preencher possíveis lacunas identificadas. A figura 1 ilustra a inserção da PNEN no Plano Brasil Maior e a relação com as iniciativas governamentais já existentes. A pertinência de uma política nacional de empreendedorismo fica ainda mais visível quando se depreende a necessidade de que todas essas iniciativas sejam articuladas e se tornem mais acessíveis ao empreendedor em dois focos: empreendedorismo inovador e empreendedorismo dos pequenos negócios.

Os conceitos de base da PNEN, portanto, estão alinhados à agenda de desenvolvimento econômico do País, tendo como foco o estímulo à alavancagem da competitividade e o incremento de produtividade da economia brasileira, pautas constituintes do Plano Brasil Maior. Os temas de desenvolvimento social também fazem parte da agenda da PNEN, porém devem ser observados como efeito decorrente de mudanças no ambiente econômico induzidas pela Política.

Figura 1 – Organograma da PNEN



1.1 Conceito de política pública, teses e diretrizes utilizadas no projeto

Para Peters (1986), política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por intermédio de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Conceitos-chave

Do ponto de vista teórico-conceitual, pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos traduzem seus propósitos em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

## Elementos de políticas públicas

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus principais elementos:

1. A política pública permite estabelecer o que o governo pretende fazer;
2. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja implementada por meio dos governos e não se restrinja necessariamente a participantes formais, já que os informais são também importantes;
3. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
4. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
5. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é de longo prazo.

De acordo com Cassiolato (2000), as novas políticas para o desenvolvimento vêm sendo formuladas em resposta às importantes transformações vividas nas últimas décadas. Dentre as principais tendências adotadas por países mais avançados encontra-se a crescente convergência entre as diversas políticas, particularmente as de desenvolvimento industrial e tecnológico e de comércio internacional. Observa-se com igual ênfase o crescente fortalecimento de processos de aprendizagem, de geração e difusão de conhecimento para o aumento da competitividade de organizações e países.

De acordo com Oliveira (2001), as teses são argumentações resultantes de investigação aprofundada sobre um tema. As teses apresentadas no presente trabalho são o resultado de pesquisa extensa, tendo como fonte diversos estudos e pesquisas sobre o tema realizadas no Brasil e no exterior e apresentando conclusões acerca do empreendedorismo no País.

A partir das teses, foram elaboradas as diretrizes para a Política Nacional do Empreendedorismo. Essas diretrizes são a identificação de temas fundamentais para comporem a Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios. Constituem, portanto, um conjunto de instruções, indicações ou uma trilha orientadora das prioridades para cada ambiente empreendedor (macro, intermediário e micro) que modelam programas e ações estratégicas, bem como a determinação de indicadores e metas.

### 1.2 Conceitos de empreendedorismo utilizados no projeto

Nas últimas décadas, o termo empreendedorismo vem sendo amplamente utilizado, principalmente nos estudos de economia. Podemos encontrar inúmeros estudos disponíveis ao público, além de revistas e journals acadêmicos sobre o tema. Entretanto, a disseminação da palavra empreendedorismo ocorreu juntamente com a relativa frouxidão do conceito. Num sentido mais amplo, empreender vai além de uma atividade intrínseca à iniciativa privada, pois passou a englobar o terceiro setor e a administração pública; não mais circunscreve apenas

o espaço da inovação, mas também o das mudanças organizacionais adaptativas (MARTES, 2010).

Foi Schumpeter quem consolidou o conceito de empreendedorismo, ao relacioná-lo à inovação (FILION, 1999). De acordo com Schumpeter (1985), o empreendedor não se detém à maximização do lucro de processos já existentes: ele vai além, busca desenvolver novos processos modificando um determinado setor ou ramo de atividade em que atua, criando assim um novo ciclo de crescimento que pode promover uma ruptura no fluxo econômico contínuo. Mas, atualmente, o empreendedor de Schumpeter representa apenas um entre vários perfis de empreendedores que são estudados. Nesse sentido, o empreendedor aparece também como um ator cujo papel é atuar dentro de uma organização – são os chamados “intraempreendedores”, sem os quais as ações e projetos tendem ao insucesso.

### Conceitos-chave

O conceito de empreendedorismo utilizado neste trabalho possui um escopo amplo que é capaz de captar toda e qualquer característica de esforço autônomo que envolva a criação de uma base de recursos. Esse esforço pode ser individual ou coletivo, considerando indivíduos e empresas (GEM, 2010). Desse modo, no âmbito deste projeto considera-se empreendedorismo o conjunto de esforços direcionados à criação de um novo negócio, como as atividades autônomas, criação de uma nova empresa ou expansão de uma já existente, com o foco no entendimento do empreendedorismo sob o conceito de quinto fator de produção.

Em economia, Recursos ou Fatores de Produção são os elementos básicos utilizados na produção de bens e serviços, conforme definido pela Escola Clássica dos Economistas dos séculos XVIII e XIX. Os três recursos fundamentais são terra, trabalho e capital. Com a Segunda Revolução Industrial, a tecnologia passou a ser considerada como o quarto fator de produção. Atualmente, a economia moderna classifica o empreendedorismo como o quinto fator de produção e canal indutor de relações de mercado sustentáveis e duradouras.

Nesse sentido, também será abarcado o conceito de empreendedorismo como um driver para o crescimento econômico, geração de emprego, inovação e produtividade. Ele se relaciona com a inovação e ambos estão associados com o “fazer algo novo” (OECD, 2011). Para um país como o Brasil, que tem seu desenvolvimento impulsionado pela eficiência (GEM 2010), é importante adotar políticas que impactam positivamente o macroambiente econômico, gerando, assim, condições propícias para a disseminação em grande escala de atividades produtivas que promovam desenvolvimento, tais como as atividades empreendedoras.

É importante ressaltar que as taxas de empreendedorismo não estão relacionadas apenas aos níveis de desenvolvimento econômico dos países. Enquanto o desenvolvimento tende a estar associado aos níveis de sofisticação e à atenção às várias condições que interferem diretamente na atividade empreendedora, as economias também têm suas próprias culturas

e políticas, entre outras características que tornam único cada país. Por isso é essencial que esses elementos estejam presentes na análise e proposição de políticas que possam favorecer o ecossistema empreendedor.

A construção da PNEN se dá num momento altamente propício, em que o ambiente econômico e social – mercado interno pujante, estabilidade macroeconômica, bônus demográfico, mudança do ambiente corporativo, dentre outros aspectos – constitui uma ocasião ímpar de transformação da estrutura empresarial brasileira para o alcance de níveis mais elevados de competitividade e produtividade, bem como de reposicionamento do Brasil frente aos principais atores internacionais.

### 1.3 Teses e Diretrizes da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios

O Brasil vem registrando, nos últimos anos, um desempenho econômico que destaca o País entre as maiores economias do mundo e o levou a ocupar a sexta posição no ranking mundial. Embora a taxa de 2,7% de crescimento do PIB em 2011 tenha ficado abaixo das expectativas anunciadas pelo governo, foi suficiente para manter um ritmo mais acelerado que o da grande maioria dos países. Outro indicador positivo, especialmente frente a um contexto de crise econômica nos Estados Unidos e União Europeia é a taxa de desemprego, que em dezembro de 2011 chegou a 4,7%. Entre os países do G-20, o Brasil tem sido um dos poucos a conseguir uma expressiva expansão dos postos de trabalho.

#### Dados

Outro aspecto relevante que caracteriza esse contexto de dinamismo da economia brasileira é a inclusão de segmentos da população que viviam à margem do desenvolvimento econômico. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD de 2009 aponta que continua a tendência de redução da desigualdade de renda. Considerando uma linha de pobreza de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo de 2009, o percentual de famílias na pobreza caiu de 46,5%, em 1995, para 29,2%, em 2009, tendo alcançado 32,0% em 2008. Não apenas há menos pobres, como as pessoas que ainda o são, são menos pobres (IPEA/PNAD 2009).

Esse contexto apresenta diversos aspectos que favorecem o chamado ecossistema empreendedor. Os estudos mais recentes apontam para uma tendência de crescimento do empreendedorismo no Brasil. Fatores como a expansão do consumo das famílias e a redução das desigualdades sociais favorecem o incremento da Taxa de Empreendedores Inicial – TEA, medida pela Global Entrepreneurship Monitor – GEM, que registrou em 2010 o maior índice desde que a pesquisa começou no Brasil, há 11 anos: 17,5%, da população adulta, índice acima da média geral dos países, especialmente se comparado aos que possuem o mesmo driver de desenvolvimento.

Compõe ainda esse quadro que favorece o ecossistema empreendedor no Brasil a expansão das fontes de crédito e investimento para novos negócios. Na última década, o Brasil foi um dos emergentes que mais atraíram capi-

tal de risco, ocupando o quarto lugar na relação desses fundos para o PIB: 0,23%.

As baixas taxas de desemprego criam um contexto em que risco inerente à atividade empreendedora é diminuído pela perspectiva de voltar ao mercado de trabalho, caso o negócio não alcance sucesso. Além disso, nesse cenário as pessoas tendem a passar por vários empregos e a participar de treinamentos oferecidos pelas empresas. A elevação do padrão de qualificação técnica destes profissionais está relacionada a uma maior propensão à atividade empreendedora.

### Dados

O Brasil abre 316.000 novas empresas por ano – é o terceiro colocado no mundo, acima de países como Alemanha e Índia. Esse indicador se torna ainda mais relevante quando relacionado ao fato de que a taxa de sobrevivência (mais de dois anos) dos novos negócios cresceu de 50% para 73% nos últimos dez anos no Brasil, um índice maior do que o registrado nos Estados Unidos.

O empreendedorismo por oportunidade vem avançando a cada ano sobre o empreendedorismo por necessidade: o índice cresceu de 45%, em 2002, para 69% em 2011. O Brasil apresenta um índice maior do que a média dos países da OCDE quando se trata da percentagem de “gazelas”, que são empresas jovens com crescimento maior do que 20% nos últimos três anos: 3,3% do universo das empresas analisadas, para uma média de 1% na OCDE.

Entretanto, diversos estudos alertam para alguns desafios que o País precisa enfrentar. Eles são citados quando se discute a competitividade sistêmica da economia brasileira, mas afetam também o ecossistema empreendedor. O Índice FIESP de Competitividade das Nações 2011 compara a evolução da competitividade de 43 países que detêm 91% do PIB mundial, a partir de 83 variáveis abrangendo fatores sistêmicos relacionados ao ambiente macroeconômico, político-institucional, regulatório, infraestrutural, social e internacional.

No IC-FIESP 2011, que tem como base os dados de 2010, o Brasil aumentou sua nota, mas manteve a posição no ranking – de 37º colocado entre as 43 nações analisadas. Os países desenvolvidos, como Japão, Suécia e Estados Unidos, têm perdido competitividade, apesar de ainda permanecerem entre os mais competitivos. Por outro lado, os países asiáticos, como Cingapura, Coreia do Sul e China, são destaque em ganho de competitividade.

Também no ranking anual de competitividade elaborado pela International Institute for Management Development – IMD, escola suíça de negócios, o Brasil caiu seis posições em 2011 entre os 59 países analisados e ficou em 44º lugar. O estudo mede quatro grupos de fatores – performance econômica, infraestrutura, eficiência do governo e ambiente de negócios. Os subfatores que mostraram pior desempenho foram produtividade, eficiência e preços. Entre os maiores desafios a serem enfrentados, o estudo aponta o controle dos gastos do governo e a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC para sustentar investimentos em infraestrutura física e tecnológica, além de ajustar as taxas de juros para reduzir o spread, mantendo a inflação sob controle.

O quadro burocrático e fiscal continua muito pouco favorável aos negócios: distorções tributárias e altos custos de atendimento às exigências regulatórias são exemplos de políticas amplamente discutidas com os participantes deste projeto.

Outro aspecto relevante, nesse sentido, está relacionado às assimetrias no desenvolvimento das diferentes regiões e municípios do País. De acordo com o IBGE, 70% dos municípios brasileiros têm menos de 20 mil habitantes, onde vive 18% da população. De um universo de mais de cinco mil municípios, 253 concentram 50% da população e em apenas 14 deles vivem 20% dos habitantes. O mesmo estudo mostra que 80% da população brasileira vive em área urbana.

Os especialistas concordam, entretanto, que o governo tem um importante papel a desempenhar nesse contexto, no sentido de realizar reformas que destravem os obstáculos para o desenvolvimento dos negócios e, ao mesmo tempo, estimulem a tendência ao empreendedorismo, que tem tudo para se tornar um vetor decisivo para impulsionar de vez o desenvolvimento sustentável brasileiro.

#### 1.4 Público-alvo da Política

Para efeito do presente estudo, considerando os conceitos de empreendedorismo utilizados neste projeto, a Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios estará focada na geração e fortalecimento de negócios, nas vertentes do empreendedorismo dos pequenos negócios e do empreendedorismo inovador. As características de empreendedorismo inovador incluem aqueles de alto impacto, que desenvolvem atividades intensivas em conhecimento, os inovadores disruptivos e os corporativos e intracorporativos em médias e grandes empresas, ou intraempreendedores. O empreendedorismo de pequenos negócios está relacionado a segmentos populacionais específicos, tais como mulheres, jovens e idosos, e inclui ainda empreendimentos familiares em setores tradicionais.

##### Segmentos de empreendedores-alvo da PNEN

Estas duas vertentes principais da política são entendidas como não excludentes. Pelo contrário, há uma sobreposição parcial entre os dois segmentos já que parte dos empreendedores de pequeno porte, inclusive empreendedores sociais, são empreendedores inovadores, e vice versa. Dentre estes segmentos de empreendedores, a PNEN estará orientada prioritariamente a negócios e à economia de mercado, contemplando os seguintes segmentos do público alvo:

- Jovens empreendedores;
- Pessoas com ideias de mercado viáveis;
- Empreendedores de setores tradicionais;
- Empreendedor Individual;
- Empreendedores dos setores de tecnologia de ponta e da economia criativa; e
- Empreendedores organizados coletivamente.

# 2. Metodologia e Principais Produtos

## 2.1 Referências de elaboração de políticas públicas

De acordo com o estudo da OCDE intitulado “A prática de formulação de políticas na OCDE: Ideias para a América Latina”, os principais desafios para a melhoria da qualidade das políticas públicas na região são, dentre outras, a baixa coordenação entre as políticas dos diferentes setores, levando a políticas inconsistentes e incoerentes; e a desconexão entre a formulação e a implementação das políticas. Estes dois desafios, de fato, estão presentes no contexto das políticas públicas brasileiras, segundo discussões recorrentes nas oficinas regionais realizadas no âmbito deste projeto.

O estudo apresenta práticas de formulação de políticas em seis países da OCDE, com a finalidade de fornecer ideias que melhorem a qualidade das políticas públicas na América Latina. De acordo com o documento, a América Latina parece atravessar um período de inflexão no sentido de um processo de formulação de políticas menos político e mais técnico, baseado não mais em políticas clientelista, mas em resultados com foco no cidadão. Isso acontece em função da pressão da sociedade civil e de uma comunidade internacional cada vez mais engajada.

Apesar das diferenças entre os países, existem aspectos comuns que podem ser identificados e que são relacionados como práticas a serem observadas:

- Existência de uma autoridade política forte que coordena as políticas e assegura que cooperem e sejam articuladas entre si;
- Um corpo técnico qualificado que dê suporte à autoridade política;
- As estruturas hierárquicas tradicionais são complementadas ou parcialmente substituídas por instâncias desconcentradas e agências autônomas ou semiautônomas, com mecanismos de informação e auditoria;
- Quadros fortes de servidores públicos de carreira provendo uma “ponte” entre os políticos e a expertise técnica, e entre a formulação e a implementação das políticas;
- Órgãos governamentais com capacidade alta de análise, gestão da informação e coordenação;
- Legislativo com capacidade técnica de desenvolver ideias e desenhar e avaliar propostas de políticas;
- Existência de canais alternativos de assessoria política que possam reforçar as análises técnicas, abrindo o processo de formulação de políticas à participação da academia e de setores não governamentais interessados no tema.

O estudo emprega o conceito de política pública como um “plano para alcançar um objetivo de interesse público”. O processo de formulação de políticas públicas é um ciclo de atividades que envolve desde planejar e desenhar a política até implementar e avaliar.

De acordo com estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, de 2006, uma característica importante das políticas públicas, reconhecida amplamente em estudos recentes é sua credibilidade. Os efeitos das políticas sobre os resultados econômicos e sociais dependem das ações e reações dos agentes econômicos e sociais, que, antes de decidir suas respostas, levam em consideração suas expectativas sobre o futuro das políticas em questão.

Por esses motivos, do ponto de vista de avaliação da qualidade da política pública é menos pertinente o conteúdo ou o tipo de política (por exemplo, se determinados impostos são altos ou baixos), e mais relevantes certas características ou aspectos-chave que afetam a qualidade das políticas.

### Características das políticas públicas

O estudo do BID propôs um conjunto dessas características das políticas públicas, a partir das quais é possível avaliar sua qualidade. São elas:

- Estabilidade - o que significa que as políticas públicas deverão manter-se estáveis ao longo do tempo (sem grandes mudanças de rumo).
- Adaptabilidade - o que significa que as políticas públicas poderão sofrer modificações, se necessário, para atingirem seus objetivos.
- Coordenação e coerência - representando que as políticas públicas são resultados de ações bem coordenadas entre os atores que participam de sua elaboração.
- Qualidade da elaboração e efetiva implementação.
- Orientada aos interesses do grande público - o que representa que as políticas públicas devem promover o bem-estar geral.
- Eficiência – significa buscar altos rendimentos com recursos econômicos escassos.

Para efeito do presente projeto, destacam-se os aspectos da coordenação e da coerência das políticas públicas, no sentido da articulação de uma “Rede de Políticas Públicas” para a integração de agentes públicos e privados com um objetivo comum: maximizar a utilidade das ações governamentais junto à sociedade. De acordo com o estudo do BID, essas redes somente conseguirão atingir suas metas se houver coordenação, complementação e controle recíproco.

## 2.2 Identificação e seleção de fontes

Estudos realizados por instituições especializadas, que utilizam indicadores e metodologias específicas para avaliar o quadro do empreendedorismo em vários países, tendo como resultado a classificação dos países analisados.

Global Entrepreneurship Monitor - GEM 2010

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico OECD - Entrepreneurship at a Glance 2011 and Programmes

UNCTAD Entrepreneurship Policy Framework and Implementation Guidance

Outros estudos específicos e documentos de referência:



Os principais estudos de referência do projeto, acima identificados, têm em comum a utilização de metodologias específicas e um conjunto de indicadores padronizados, de modo a permitir quadros comparativos entre países. A maioria deles oferece como subproduto um ranking que classifica os países como mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento do empreendedorismo, de acordo com as metodologias e os indicadores utilizados.

Além disso, tomou-se como referencial a estrutura conceitual da OCDE – *The OCDE/Eurostat framework for entrepreneurship indicators*, que considera como aspectos determinantes do empreendedorismo: quadro regulatório, condições de mercado, acesso a financiamento, P&D e Tecnologia, Capacidades Empreendedoras e Cultura. Foram adicionados outros eixos de análise, considerando sua relevância junto ao Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa – instância de governança técnica e política, vinculada ao MDIC.

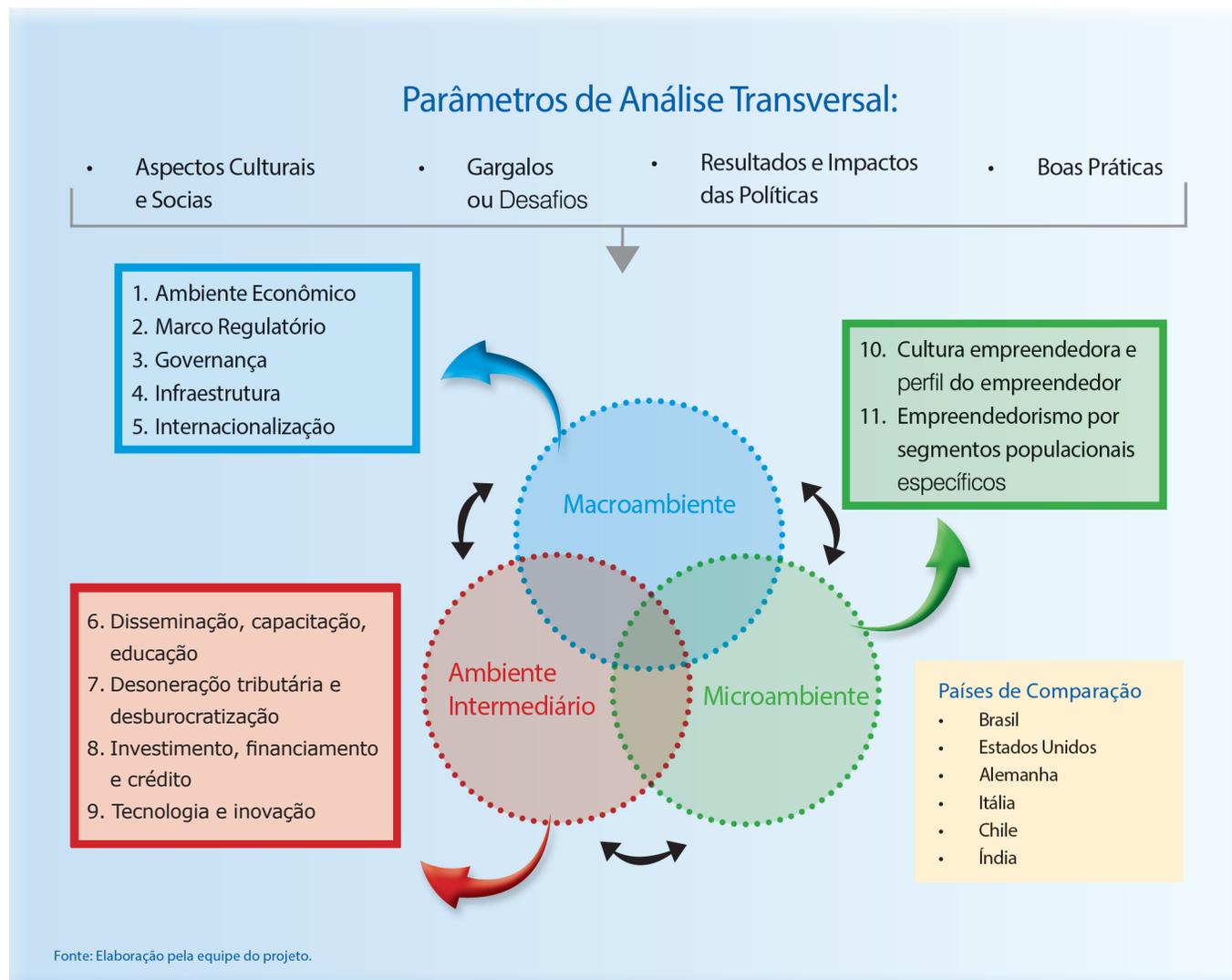
### 2.3 Formação da matriz de análise

Essa matriz orientou todas as etapas do projeto, começando pela análise da realidade do empreendedorismo em seis países selecionados e passando pelas consultas direcionadas aos atores relevantes, conforme se verá nos próximos tópicos.

A análise dos estudos mencionados no tópico anterior embasou a formulação de uma matriz de eixos estruturantes, agrupados de acordo com os níveis de macroambiente, ambiente intermediário e microambiente, e as relações entre suas interseções, dentro da perspectiva metodológica de estudos e análises sobre empreendedorismo no mundo.

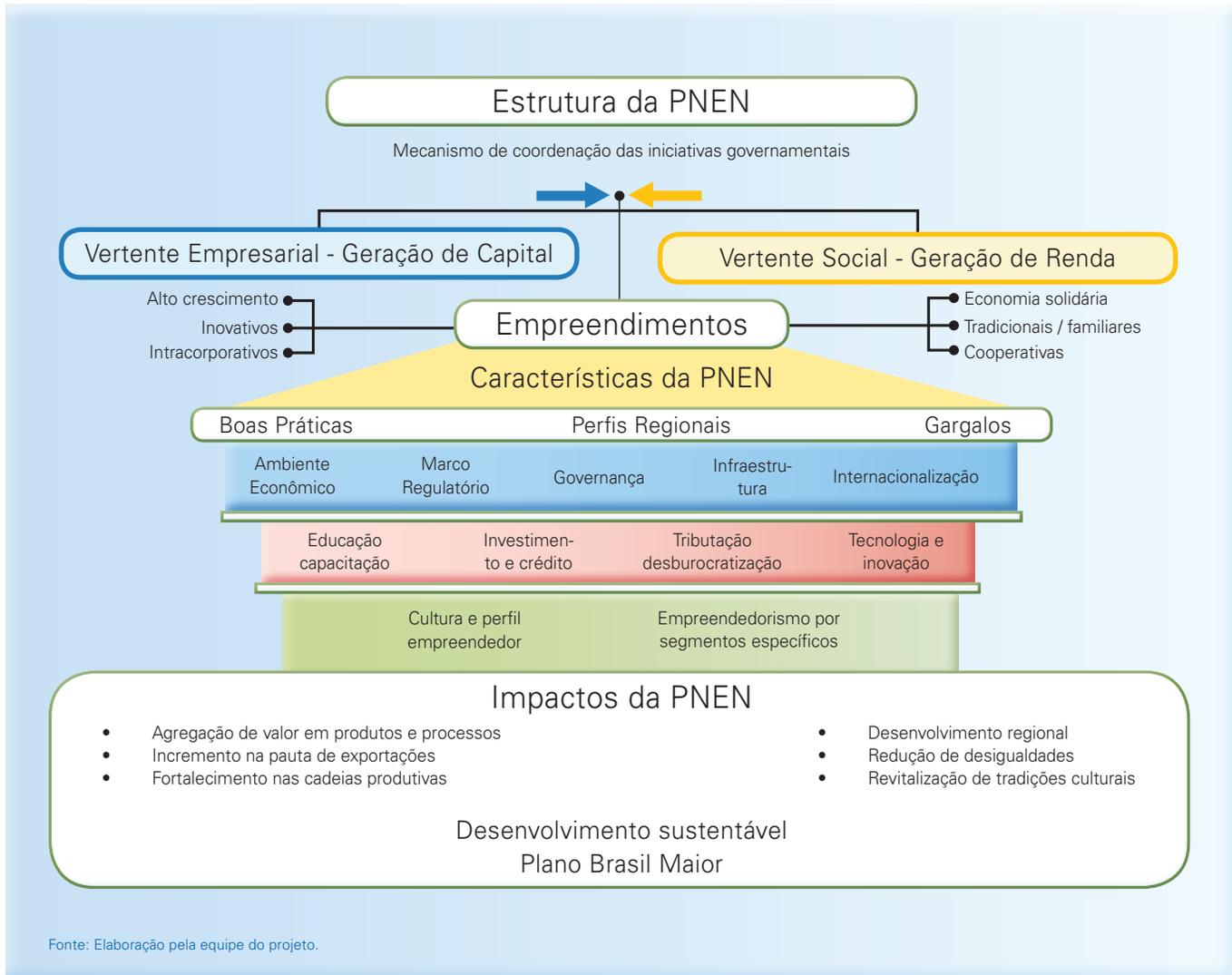
O modelo guarda algumas similaridades com aquele proposto por Stamer (1999), da Universidade Gerhard Mercator de Duisburg, Alemanha, no âmbito do conceito de competitividade sistêmica para o desenvolvimento socioeconômico, nas esferas municipal, regional, estadual ou nacional. Entretanto, no modelo aplicado neste projeto, definiram-se eixos estruturantes tendo em vista os fatores mais especificamente relacionados ao empreendedorismo, a partir de um filtro que considera, no contexto ambiental favorável à competitividade, aqueles aspectos que impactam mais diretamente o ecossistema empreendedor. A matriz de análise do projeto é composta conforme a figura 3.

Figura 3 - Matriz de análise das políticas nacionais de apoio ao empreendedorismo



A partir dos eixos de análise da matriz, foi possível configurar a estrutura que irá compor a elaboração da política, nas vertentes empresarial – com foco na geração de capital e riqueza – e social, cujo foco é a geração de emprego e renda (conforme figura 4). Os resultados e impactos esperados com a implantação da PNEN estão explicitados na mesma figura e convergem com os do Plano Brasil Maior.

Figura 4 - Estrutura da PNEN



## 2.4 Matrizes de estudos de cenários nacionais de empreendedorismo

As matrizes de estudo dos cenários nacionais de empreendedorismo foram elaboradas de acordo com a metodologia proposta pela OCDE/EUROSTAT (2007) para construção de indicadores de empreendedorismo. Foram considerados para efeito de análise seis diferentes países, distribuídos em diferentes continentes e com características socioeconômicas e empresariais variadas.

A formação da matriz de análise foi consolidada mediante intersecção entre eixos estruturantes (linhas) e as categorias de análise (colunas) do ambiente empreendedor. Os eixos estruturantes compreendem as seguintes variáveis de estudo: Ambiente econômico, Marco regulatório, Governança, Infraestrutura, Internacionalização, Educação, capacitação e disseminação,

Desoneração tributária, Investimento, financiamento e crédito, Tecnologia e inovação, Cultura empreendedora e Empreendedorismo por segmentos. As categorias de análise estão distribuídas em Situação Atual, Desafios e Boas Práticas. A graduação do estágio geral do ambiente empreendedor em cada país foi realizada utilizando-se as cores vermelhas, amarela e verde, onde cada eixo apresenta três blocos de cores para as colunas sendo o primeiro correspondente a primeira coluna e assim sucessivamente. A graduação em cada caso foi baseada em classificações adotadas por estudos internacionais ou, na ausência destes, na aplicação de análise similar.

Tem-se como principal referência de análise a Situação Atual onde a atribuição de cores – vermelha, amarela ou verde – representam, respectivamente, situação crítica, intermediária ou favorável. A segunda cor no bloco está relacionada aos Desafios, que podem variar de muito complexos (vermelho), a relativamente simples (verde) frente à Situação Atual. A terceira cor do bloco relaciona-se com as Boas Práticas, que podem ser muito relevantes (verde) ou pouco relevantes (vermelho), no sentido do potencial para superar desafios e favorecer a situação atual.

#### Estágio geral do ambiente

-  Crítico
-  Intermediário
-  Favorável

#### Países selecionados

Além do Brasil, os países escolhidos foram:

- **Alemanha** – referência em economia voltada para a inovação e com forte base na educação tecnológica e profissional;
- **Chile** – nível de competitividade e empreendedorismo ancorado na educação e em Arranjos Produtivos Locais; classificação pela GEM igual à do Brasil;
- **Estados Unidos** – referência de capitalismo e economia voltada à inovação, com uso intensivo de tecnologia;
- **Índia** – integrante do grupo de países emergentes – BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), é país destaque no desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, com um número expressivo de mulheres empreendedoras, e referência em microcrédito.
- **Itália** – exemplo de várias empresas de pequenos negócios com tradição familiar que se unem em torno de sistemas de associações, cooperativas, distritos industriais e clusters, fortalecendo o desenvolvimento, inovação e competitividade das MPEs.

## Matrizes dos cenários nacionais de empreendedorismo:

BRASIL		Situação atual	Desafios	Boas práticas
Macroambiente	<b>Eixos de análise</b> Ambiente econômico 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crescimento do PIB de 2,7% em 2011.</li> <li>Mercado interno robusto.</li> <li>Taxa de desemprego em baixa – chegou a 5,5% em janeiro de 2012.</li> <li>Estabilidade relativa frente à crise internacional.</li> <li>316 mil novas empresas por ano: o terceiro no mundo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilidade de capital a taxas de juros acessíveis, dificultando acesso ao crédito.</li> <li>Ineficiência dos gastos públicos.</li> <li>MPEs representam 99% das pessoas jurídicas registradas, mas contribuem com apenas 25% do PIB.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Esforço do governo em reduzir a taxa básica de juros e manter a política monetária ancorada no regime de metas de inflação e câmbio flutuante.</li> <li>Crescimento econômico sustentado e pouco afetado pela crise internacional.</li> </ul>
	Marco regulatório 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Legislações tributárias complexas.</li> <li>Legislação trabalhista desatualizada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Simplificação do sistema tributário.</li> <li>Alteração da legislação das MPEs de modo a não tolher o crescimento.</li> <li>Reforma trabalhista que favoreça a contratação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avanços no marco regulatório relacionados à inovação e a micro e pequenas empresas.</li> <li>Compras do governo com MPEs cresceram de R\$ 2 bi para R\$ 16 bi com o Simples Nacional.</li> </ul>
	Governança 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de coordenar e harmonizar os esforços governamentais com um modelo de governança efetivo.</li> <li>Identificação das lacunas e adoção de políticas com foco no empreendedorismo como quinto fator de produção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Muitas iniciativas governamentais, mas pulverizadas e sem coordenação.</li> <li>Mecanismos de governança insuficientes e inadequados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O MDIC mantém o Fórum Permanente das MPEs, que reúne governo e iniciativa privada.</li> <li>O País mantém dezenas de programas que favorecem o empreendedorismo inovador e os pequenos negócios.</li> </ul>
	Infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alto custo de acesso à internet e à comunicação.</li> <li>Dificuldade de acesso a TICs nos centros urbanos menores.</li> <li>Portos e aeroportos deficientes.</li> <li>Logística de transporte onerosa.</li> <li>Estruturas de apoio insuficientes: jurídico, incubadoras, parques tecnológicos etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliação do acesso às tecnologias de informação e comunicação.</li> <li>Integração das agências governamentais que oferecem apoio, para tornar mais fácil ao empreendedor encontrar o que procura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Governo Federal vem fazendo fortes investimentos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento nas áreas de energia, transportes, logística, habitação e saneamento urbano. Nos últimos cinco anos, foram investidos mais de R\$ 600 bilhões.</li> </ul>
	Internacionalização 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alto custo para exportação.</li> <li>Dificuldade de acesso à informação.</li> <li>Perfil do empreendedor brasileiro, que tem baixa expectativa de inserção no mercado internacional.</li> <li>MPEs representam apenas 2% do volume comercializado com outros países.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disseminação dos mecanismos de apoio à exportação e favorecimento de produtos com potencial para o mercado internacional.</li> <li>Simplificação dos procedimentos de liberação alfandegária.</li> <li>Reversão da tendência a negócios voltados para o mercado interno.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação da APEX Brasil e previsão de incentivos de internacionalização para MPEs.</li> </ul>

Eixos de análise	Situação atual	Desafios	Boas práticas
Educação, capacitação e disseminação 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixo tempo médio de escolaridade do brasileiro (7,2 anos), quando comparado aos países desenvolvidos.</li> <li>• Insuficiência de cursos de engenharia.</li> <li>• Baixa inserção do empreendedorismo nos conteúdos curriculares nos níveis de ensino.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação dos níveis de escolaridade da população com educação de qualidade.</li> <li>• Ampliação crescente das vagas nos cursos de engenharia.</li> <li>• Realização de reforma curricular com inserção de conteúdos voltados ao mercado e ao desenvolvimento do empreendedor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa Ciência Sem Fronteiras, que prevê 75 mil bolsas em quatro anos para alunos brasileiros estudarem no exterior.</li> <li>• A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tinha 140 instituições em 2002; nos últimos anos, estão sendo criadas 214 novas unidades.</li> </ul>
Desoneração tributária e desburocratização 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distorções tributárias. Mecanismo de desoneração de MPEs tende a restringir o crescimento.</li> <li>• Muito tempo gasto no entendimento das legislações e regulações e no atendimento de exigências burocráticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Simplificação nos procedimentos para abrir e fechar negócios – hoje, são gastos em média 120 dias para abrir uma empresa.</li> <li>• Unificação de cadastros públicos.</li> <li>• Desoneração tributária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novo Estatuto da Micro e Pequena Empresa. - Criação do Empreendedor Individual.</li> <li>• Criação da Redesim – Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.</li> <li>• Governos estaduais, como MG, conseguiram desburocratizar o processo de abertura de empresas.</li> </ul>
Investimento, financiamento e crédito 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxas de juros altas.</li> <li>• Mecanismos de crédito vinculados a faturamento.</li> <li>• Bancos públicos com programas insuficientes para MPEs.</li> <li>• Falta de informação sobre os mecanismos existentes.</li> <li>• Baixa tradição de fundos de capital semente e capital de risco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e manutenção de canais de informação sobre mecanismos de crédito disponíveis.</li> <li>• Redução das taxas de juros.</li> <li>• Incremento dos fundos de capital semente e de risco.</li> <li>• Ampliação e maior acessibilidade dos recursos dos bancos públicos para gerar novos negócios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Governo vem baixando a taxa Selic e estimulando os bancos públicos a reduzir taxas de juros.</li> <li>• A FINEP ampliou recursos para financiar negócios inovativos.</li> <li>• Recursos de private equity e capital de risco cresceram de US\$ 261 mi em 2002 para US\$ 4,6 bi em 2010.</li> </ul>
Tecnologia e inovação 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos para P&amp;D&amp;I muito direcionados às universidades e pouco direcionados para empresas.</li> <li>• Insuficiência de gastos em C&amp;T&amp;I.</li> <li>• Marco regulatório insuficiente para aproximar ICTs das empresas e das MPEs.</li> <li>• Dificuldade de acesso e tempo para proteger direitos de ativos intangíveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação dos gastos públicos em C&amp;T&amp;I e promoção da desconcentração regional dos investimentos.</li> <li>• Reversão da tendência dos universitários em permanecer na Academia ou ingressar no serviço público, favorecendo sua inserção no mercado e na criação de negócios.</li> <li>• Agilização e maior acessibilidade dos procedimentos de proteção intelectual.</li> <li>• Incentivo à geração de negócios de alto crescimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novo marco regulatório da inovação promoveu avanços.</li> <li>• Segundo dados da Anprotec, o Brasil tem 377 incubadoras em operação e 44 parques tecnológicos.</li> </ul>

	Eixos de análise	Situação atual	Desafios	Boas práticas
Microambiente	Cultura e perfil empreendedor 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Altas taxas de empreendedorismo em estágio inicial.</li> <li>• Tendência a empreender em negócios de baixo valor agregado e baixo potencial para empregar.</li> <li>• Baixa valorização social do empreendedor como opção de carreira.</li> <li>• Resistência a incorporar tecnologias inovadoras nos processos e produtos.</li> <li>• Tendência a valorizar o mercado interno, em detrimento do mercado internacional.</li> <li>• Crescimento do empreendedorismo por oportunidade.</li> <li>• Taxa de sobrevivência (mais de dois anos) dos novos negócios cresceu de 50% para 73% nos últimos dez anos: 6º lugar no mundo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução do alto índice de mortalidade nos cinco primeiros anos: 75%.</li> <li>• Criação de premiações e outros mecanismos de reconhecimento social do empreendedor.</li> <li>• Facilitação do acesso dos empreendedores às novas tecnologias.</li> <li>• Estímulo aos empreendedores com potencial para acessar o mercado internacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As políticas econômicas recentes levaram a um incremento da geração de emprego, e com isso favoreceram as taxas de empreendedorismo inicial e o empreendedorismo por oportunidade.</li> </ul>
	Empreendedorismo por segmento 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mulheres brasileiras estão entre as mais empreendedoras do mundo.</li> <li>• Faixa etária mais empreendedora é a de 24-35 anos.</li> <li>• Grande potencial para o empreendedorismo na terceira idade, que acumula experiência profissional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade de acesso a crédito pelas mulheres.</li> <li>• Taxas altas de desemprego entre população mais jovem (até 24 anos).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria na tendência dos universitários a empreender: 65% deles dizem querer abrir negócio próprio no futuro.</li> </ul>



## ESTADOS UNIDOS

Eixos de análise	Situação atual	Desafios	Boas práticas
Ambiente econômico 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Economia estável e madura, taxas baixas de juros e de inflação, apesar da crise recente.</li> <li>PIB cresceu 1,7% em 2011.</li> <li>Taxa de desemprego de 8,1%, com tendência de queda.</li> <li>Gastos dos consumidores e exportações em alta.</li> <li>MPEs representam cerca de 50% do PIB.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recuperação do emprego e do sistema financeiro após a crise.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recuperação do emprego e do sistema financeiro após a crise.</li> </ul>
Marco regulatório 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quinto melhor ambiente regulatório para negócios, segundo o Banco Mundial.</li> <li>Não existe legislação específica que favoreça MPEs. Um dos melhores sistemas de regulação da concorrência por meio de leis (Acts) e órgãos que controlam as fusões e aquisições, garantindo que os mercados não se transformem em grandes oligopólios e que haja espaço para a atuação de pequenas empresas.</li> <li>Sistema robusto de direitos legais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abrandamento das práticas protecionistas sofisticadas, que acarretam sobretaxas para alguns produtos importados, especialmente agrícolas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Legislação trabalhista que favorece pequenos negócios.</li> <li>Forte sistema de regulação da concorrência, como o conjunto de diretrizes para uma prática justa.</li> <li>23% do que o governo compra provém de MPEs.</li> <li>Sistema de avaliação de impacto de novas regulações pela população interessada.</li> </ul>
Governança 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um departamento e uma agência federal centralizam o apoio do governo federal: <i>Small Business Administration</i> e <i>America's Small Business Development Center Network</i>.</li> <li>As universidades, institutos especializados e governos estaduais mantêm também centros de empreendedorismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Unificação em uma só agência e acesso amplo a informações, principalmente via internet.</li> </ul>
Infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um dos melhores sistemas de transportes do mundo, incluindo hidrovias para escoamento de produtos agrícolas.</li> <li>Acesso à internet e telefonia de baixo custo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A economia aberta exige alto nível de inovação e competitividade das empresas.</li> <li>Concorrência dos asiáticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixo custo de logística na área de transportes.</li> <li>Criação de políticas públicas para abrigar maior quantidade de centros e empresas de P&amp;D&amp;I de referência mundial (incubadoras, parques tecnológicos, business centers).</li> </ul>
Internacionalização 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grandes oportunidades para atuação no mercado internacional.</li> <li>70% dos exportadores têm menos de 20 empregados.</li> <li>38 mil empreendimentos de porte pequeno exportam.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A economia aberta exige alto nível de inovação e competitividade das empresas. - Concorrência dos asiáticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de Exportação Express, que oferece crédito em até 36 horas para empresas que querem exportar.</li> </ul>

	Eixos de análise	Situação atual	Desafios	Boas práticas
Ambiente Intermediário	Educação, capacitação e disseminação 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Forte inserção do empreendedorismo nas universidades.</li> <li>Mais de 30% dos estudantes participam de programas de empreendedorismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Forte investimento governamental em educação de base e pesquisa.</li> <li>Centenas de centros fomentam a iniciativa empreendedora.</li> <li>Ampla acesso a cursos <i>online</i>.</li> </ul>
	Desoneração tributária e desburocratização 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um dos países de menor burocracia para abrir e fechar negócios: apenas quatro dias para abrir uma empresa.</li> <li>Tributos relativamente altos: 46,7% dos lucros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O governo tem sinalizado com tributos para os milionários, mas a questão é polêmica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Facilidade para abrir e fechar negócios.</li> <li>Informações disponíveis e de fácil acesso para a população sobre os procedimentos para abrir e fechar negócios.</li> <li>Destaque para as facilidades nos casos de falência.</li> <li>O governo sinaliza com cortes de impostos sobre os ganhos das empresas.</li> </ul>
	Investimento, financiamento e crédito 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Facilidade de acesso a crédito.</li> <li>Taxas baixas de juros.</li> <li>Lei que protege credores e tomadores de empréstimos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crise de confiança no sistema de crédito bancário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cultura robusta de venture capital e capital semente (público e privado).</li> </ul>
	Tecnologia e inovação 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um dos países que mais investem em P&amp;D.</li> <li>Marco regulatório avançado de propriedade intelectual.</li> <li>Cultura forte de inovação no meio empresarial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de premiação para pequenos negócios inovativos.</li> <li>Formação de mão de obra altamente qualificada para diferentes setores.</li> </ul>
Microambiente	Cultura e perfil empreendedor 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cultura empreendedora forte. Maior vocação para o empreendedorismo de alto impacto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Políticas e culturas que promovem a valorização social do empreendedor.</li> </ul>
	Empreendedorismo por segmento 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tradição de empreendedorismo para imigrantes e minorias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de apoio ao empreendedorismo de minorias ou étnico.</li> </ul>



## ALEMANHA

	Eixos de análise	Situação atual	Desafios	Boas práticas
Macroambiente	Ambiente econômico 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crescimento do PIB de 3% em 2011.</li> <li>Mercado interno robusto.</li> <li>Taxa de desemprego baixa.</li> <li>As MPEs representam 60% do PIB.</li> <li>Economia voltada para a inovação.</li> <li>Rápida recuperação da crise da Zona do Euro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforma na seguridade social para reduzir seu peso sobre a economia.</li> <li>Fortalecimento de todos os países membros da Zona do Euro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Forte ênfase das políticas públicas no desenvolvimento local, na inovação e nas exportações.</li> </ul>
	Marco regulatório 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Legislação trabalhista pouco flexível.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforma trabalhista para que não se torne tão onerosa para o empregador, estimulando a contratação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adoção de políticas públicas de compras favoráveis a novas empresas inovadoras.</li> </ul>
	Governança 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abordagem descentralizada, favorecendo a priorização do desenvolvimento local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação de medidas direcionadas ao empreendedorismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tarefas conjuntas dos governos federal e estadual.</li> <li>Integração estratégica de políticas regionais sobre articulação e financiamento.</li> </ul>
	Infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Boa infraestrutura física e tecnológica, com taxas de penetração de internet e telefonia acima da média mundial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequação dos serviços de apoio tecnológico e aconselhamento direcionado à população mais vulnerável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços de aconselhamento local.</li> <li>Forte sistema de parques tecnológicos e incubadoras de empresas.</li> </ul>
	Internacionalização 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Empresas voltadas ao comércio internacional.</li> <li>Exportações das MPEs representando 45% do PIB.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reversão do quadro de crise da UE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio do governo para favorecer as empresas na participação em rede de negócios internacionais.</li> </ul>
Ambiente Intermediário	Educação, capacitação e disseminação 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alto tempo médio de escolaridade (22,2 anos).</li> <li>Baixa inserção do empreendedorismo nos conteúdos curriculares nos níveis de ensino. Não considera o empreendedorismo como uma cadeira que mereça maior atenção.</li> <li>Ciclo de capacitação composto por quatro fases, com ênfase na prática em empresas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de agência responsável por assegurar a entrega de informações de qualidade e serviço de orientação a todos os alunos e criação da cultura empreendedora no país.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande número de spin-offs de base acadêmica.</li> <li>Figura dos seniores, que atuam no aconselhamento técnico e estratégico para as spin-offs.</li> </ul>
	Desoneração tributária e desburocratização 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Carga tributária alta.</li> <li>Facilitação de abertura de empresas por meio do aumento da eficiência das comunicações, com um tempo médio de 15 dias para a abertura de empresas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desoneração tributária associada à produção e à geração de emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>
	Investimento, financiamento e crédito 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Burocracia e muitos regulamentos a serem cumpridos.</li> <li>Lacuna de crédito para pequena empresa. - Mercado de capitais bem desenvolvido, que privilegia o capital de risco, principalmente para as MPEs (que são foco de políticas públicas de inovação).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria no acesso ao crédito e microcrédito para jovens empreendedores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema robusto de capital de risco.</li> </ul>

	Eixos de análise	Situação atual	Desafios	Boas práticas
Ambiente Intermediário	Tecnologia e inovação 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Grande número de departamentos de transferência de tecnologia dentro de organizações científicas e universidades.</li> <li>Existência de agências de fomento, com diversos fundos de capital semente para promover spin-offs de base universitária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa de premiação para pequenos negócios inovativos.</li> <li>Formação de mão de obra altamente qualificada para diferentes setores.</li> </ul>
Microambiente	Cultura e perfil empreendedor 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caracterizada por propriedades privadas de pequeno e médio porte (85%), altamente especializadas no mercado mundial, em que se destaca o setor de serviços.</li> <li>Baixo índice de aspirações empreendedoras, avesso a riscos.</li> <li>TEA estagnada em 4,2%.</li> <li>72,6% das empresas nascentes são criadas por oportunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disseminação da cultura empreendedora para reduzir a aversão ao risco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação do Clube Europeu de Empresas inovadoras de alto crescimento.</li> </ul>
	Empreendedorismo por segmento 	<ul style="list-style-type: none"> <li>O empreendedorismo por segmento é baixo.</li> <li>2,9% das novas empresas são de mulheres e apenas 1,1% de empresas nascentes são de jovens de 18 a 24 anos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequação dos serviços existentes a jovens e mulheres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>



Eixos de análise		Situação atual	Desafios	Boas práticas
Macroambiente	Ambiente econômico 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Economia diversificada, com forte participação das indústrias criativas.</li> <li>Cortes nos gastos públicos e promoção de reforma do sistema de pensões. Programa de austeridade visando afastar a Itália da ameaça de insolvência. Promessa de equilíbrio orçamentário em 2013.</li> <li>As MPEs representam 60% do PIB.</li> <li>Taxa de desemprego de 9,3% em 2011.</li> <li>Os gastos públicos representam cerca de 50% do PIB.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação da revitalização da economia, com medidas de mais crédito a pequenas e médias empresas, estímulos à inovação e à redução no consumo de energia.</li> <li>Redução dos gastos públicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>"Pacote" de recuperação da economia instituído, com programas e medidas fiscais.</li> </ul>
	Marco regulatório 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Legislação que favorece PMEs, em especial empresas localizadas nos distritos industriais, cooperativas e associações.</li> <li>Legislação trabalhista rígida, que dificulta a criação de emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de reforma trabalhista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>
	Governança 	<ul style="list-style-type: none"> <li>A União Europeia adota políticas para promover o empreendedorismo e a competitividade das PMEs.</li> <li>Abordagem descentralizada. As Confederações e Câmaras de Comércio atuam nas regiões e províncias em prol das MPEs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Longa tradição de trabalho em rede de micro, pequenas e médias empresas, formando distritos industriais, associações e cooperativas.</li> <li>Observatório das micro, pequenas e médias empresas, criado com a finalidade principal de monitorar o desempenho e atuação das PMEs.</li> </ul>
	Eixos de análise	Situação atual	Desafios	Boas práticas
Infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Deficiências estruturais, devido à sua conformação geográfica e à falta de matérias-primas, bem como escassos recursos energéticos.</li> <li>Burocracia estatal ineficiente, baixa proteção aos direitos de propriedade e altos níveis de corrupção política.</li> <li>Boa infraestrutura física e tecnológica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investimento para revitalizar a infraestrutura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>	
Internacionalização 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação expressiva das MPEs nas exportações, representando 45% do PIB.</li> <li>Exportação de produtos com alto valor agregado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reversão do quadro de crise na UE.</li> <li>Queda nas exportações com a crise na Zona do Euro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Modelo baseado em parceria entre estado e empresas, baseado em redes, Câmara Italiana, agências e escritórios de representação na maioria dos países.</li> </ul>	

	Eixos de análise	Situação atual	Desafios	Boas práticas
Ambiente Intermediário	Educação, capacitação e disseminação 	<ul style="list-style-type: none"> <li>17% da população recebe treinamento para iniciar um negócio.</li> <li>Insuficiente educação/capacitação para o empreendedorismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria do acesso à educação e capacitação ao empreendedor em estágio inicial.</li> <li>Criação e ampliação de programas de estímulo à criação de empresas iniciais de base tecnológica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas de melhoria de acesso ao ensino superior implantadas.</li> </ul>
	Desoneração tributária e desburocratização 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Taxas de mortalidade relativamente baixas: 1,8%.</li> <li>Facilidade para criar negócios: são necessários apenas seis dias e cumprimento de seis exigências.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tributação pesada.</li> <li>Reforma trabalhista para favorecer a contratação e a geração de emprego.</li> <li>Mais eficiência no uso dos recursos públicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Modelo desburocratizado de criação de empresas.</li> <li>Melhoria na eficiência da estrutura tributária para novas empresas.</li> </ul>
	Investimento, financiamento e crédito 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos escassos para empreendimentos em estágio inicial.</li> <li>A legislação prevê a figura do consórcio de micro e pequenas empresas, que estimula a união e favorece o acesso ao crédito e financiamento.</li> <li>Baixa confiança dos investidores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria do acesso ao crédito para empresas em estágio inicial e para jovens empreendedores e empresas consolidadas.</li> <li>Aumento da confiança dos investidores e a restrição do crédito decorrente da crise na UE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Modelo de consórcio que favorece o acesso ao crédito com mais rapidez e segurança no âmbito das MPEs nos distritos industriais, cooperativas, associações e clusters.</li> </ul>
	Tecnologia e inovação 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência dos clusters, dos agrupamentos industriais, que promove a cooperação e incentiva a união para fortalecer marca ou investir em P&amp;D&amp;I.</li> <li>Baixo índice de abertura de empresas de base tecnológica em estágio inicial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estímulo à criação de empresas de base tecnológica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Modelo de <i>clusters</i> e distritos industriais, nos quais as empresas produzem bens de alto valor com modernos processos de produção e conteúdos de alta tecnologia.</li> </ul>
Microambiente	Cultura e perfil empreendedor 	<ul style="list-style-type: none"> <li>A região Norte exibe maior vitalidade ao empreendedor empresarial.</li> <li>O domínio de empresas consolidadas leva à redução no número de novas empresas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento da cultura empreendedora entre os mais jovens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cultura e tradição de empreendedorismo e pequenos negócios.</li> </ul>
	Empreendedorismo por segmento 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os homens se envolvem duas vezes mais que as mulheres com atividades empreendedoras.</li> <li>Reduzida presença dos jovens entre os empreendedores em estágio inicial.</li> <li>84% de empreendedorismo por oportunidade e 16% por necessidade (2008).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria na disseminação da cultura do empreendedorismo entre mulheres e jovens.</li> <li>Criação de programas de formação técnica e estratégica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Legislação específica direcionada ao financiamento de empresas de mulheres.</li> <li>Medidas de estímulo para empresas que contratem jovens e mulheres adotadas.</li> </ul>



## CHILE

	Eixos de análise	Situação atual	Desafios	Boas práticas
Macroambiente	Ambiente econômico 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabilidade política.</li> <li>Crescimento do PIB de 6,3% em 2011.</li> <li>Recursos energéticos escassos.</li> <li>Taxa de desemprego em 2011 de 7,1%.</li> <li>Desigualdade e pobreza ainda acentuadas. Baixa mobilidade social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria na distribuição de riqueza e de renda.</li> <li>Melhoria na produtividade entre os países membros da OCDE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de programa de transparência na administração pública e política fiscal anticíclica, criando base sólida para um crescimento constante desde 1990.</li> </ul>
	Marco regulatório 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Marco regulatório estável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementação do Estatuto das MPEs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação do Estatuto da Micro, Pequena e Média Empresa, Lei nº 20.494/11, que agiliza os trâmites para a abertura de novas empresas (tributários e depósito de patentes). Com a nova legislação, o governo prevê a geração de 25 mil novas empresas por ano.</li> </ul>
	Governança 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Centralização das políticas para o empreendedorismo e inovação na CORFO – Corporación de Fomento de la Producción e SERCOTEC, que atuam na promoção e apoio à competitividade das MPEs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>
	Infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os preços dos serviços básicos de tecnologia, como internet e telefone móvel, têm custo razoável. O tempo para a instalação desses serviços é inferior a uma semana.</li> <li>Bons serviços bancários.</li> <li>Sistema integrado de rodovias e portos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Modificação dos parques tecnológicos e incubadoras (fenômenos relativamente recentes no país) nas suas atuais práticas e estímulo à melhoria na qualidade de seus serviços.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><i>Chilemprende.cl</i> - portal <i>web portal</i>, onde o empreendedor encontra informações claras e acessíveis sobre mais de 1.800 serviços oferecidos pelo governo.</li> </ul>
	Internacionalização 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desde a década de 70, vem conservando uma política de redução de tarifas e de eliminação de barreiras comerciais.</li> <li>País com maior número de tratados de livre comércio assinados em áreas econômicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior produtor de cobre, necessitando diversificar a pauta de exportação.</li> <li>As MPEs têm pouca participação nas exportações, apenas 1,3% do total.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Medidas para a redução de tarifas e eliminação de barreiras comerciais.</li> <li>Liberação alfandegária em 1,32 dias.</li> </ul>

Ambiente Intermediário	Educação, capacitação e disseminação 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresenta limitado acesso à educação no âmbito das universidades e ensino técnico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Embora existam iniciativas tanto governamentais como privadas, que oferecem ensino e ferramentas para empreender, seu nível de impacto é limitado sobre a população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SENCE, instituição que oferece cursos de capacitação orientados para o desenvolvimento de competências para o empreendedorismo.</li> <li>• SERCOTEC, instituição que atua na promoção da competitividade das MPEs.</li> </ul>
	Desoneração tributária e desburocratização 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimentos para abertura de empresas simplificados e com baixo custo (sete dias).</li> <li>• No âmbito do Estatuto das MPEs, foi contemplada a desoneração tributária para esse segmento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação do Estatuto das MPEs, que trata da simplificação do processo de abertura de empresas.</li> </ul>
Ambiente Intermediário	Eixos de análise	Situação atual	Desafios	Boas práticas
	Investimento, financiamento e crédito 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O apoio financeiro para o empreendedorismo é insuficiente.</li> <li>• O mercado de capitais de risco cresceu na última década.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de elevar e facilitar o acesso ao crédito às MPEs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação recente do Sello-Propyme, com o intuito de contornar a falta de liquidez nas pequenas e médias empresas.</li> </ul>
	Tecnologia e inovação 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A maioria das empresas está longe da fronteira tecnológica.</li> <li>• Apenas 5% das empresas têm programas de pesquisa em conjunto com universidades e 2,2% fazem parcerias com as instituições públicas de pesquisa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da eficácia da lei de incentivo fiscal para elevar os gastos das empresas com P&amp;D&amp;I.</li> <li>• Necessidade de melhorar o nível de inovação.</li> <li>• Melhoria nos resultados efetivos pelo programa Start Up Chile .</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O gasto público com P&amp;D&amp;I aumentou de 0,34% do PIB em 2004 para 0,45% em 2010. A meta é ampliar a 0,8% até 2018.</li> <li>• O programa Inova Chile dispõe de capital inicial para novos negócios.</li> <li>• O programa "Start Up Chile" prevê atrair 110 projetos de todo o mundo, de empreendedores de alto potencial.</li> </ul>
Microambiente	Cultura e perfil empreendedor 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 74% são empreendedores por oportunidade e 26% por necessidade.</li> <li>• 16,8% da população adulta são empreendedores em etapa inicial.</li> <li>• Alta valorização social do empreendedor como opção de carreira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição do número de empresas que estão na informalidade. Existem em torno de 700 mil empresas na informalidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>
	Empreendedorismo por segmento 	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A incorporação das mulheres no mundo dos negócios está ocorrendo com mais força nas últimas décadas.</li> <li>• 55,2% dos empreendedores iniciais são homens e 44% restantes são mulheres.</li> <li>• 66% dos empreendedores estabelecidos são homens e 33,9% são mulheres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo e capacitação do jovem e da mulher para o empreendedorismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• - O SERCOTEC - Serviço de Cooperação Técnica, que é instituição similar ao Sebrae no Brasil, desenvolve programa especial para mulheres empresárias, com serviços descentralizados em todos os municípios.</li> </ul>



	Eixos de análise	Situação atual	Desafios	Boas práticas
Macroambiente	Ambiente econômico 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crescimento do PIB de 10,4% em 2010.</li> <li>Setor de serviços responsável por aproximadamente 53% do PIB.</li> <li>Ineficiência dos gastos públicos.</li> <li>Inflação de dois dígitos, porém com notável crescimento econômico.</li> <li>90% da força de trabalho concentra-se na economia informal.</li> <li>Vigor no mercado interno.</li> <li>Maior concentração de pobreza no mundo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Combate à pobreza extrema e à forte concentração de renda que gera desigualdades sociais e econômicas.</li> <li>Rompimento com o sistema de castas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decisão estratégica em privilegiar alguns setores intensivos em conhecimento, a exemplo de TIC.</li> <li>Posição entre as 30 economias que mais fizeram progressos no ambiente de negócios.</li> </ul>
	Marco regulatório 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de Ministério para tratar de assuntos ligados a MPEs e médias empresas.</li> <li>O trabalho infantil é comum em quase todos os setores da economia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforma trabalhista para favorecer a contratação e as condições de trabalho.</li> <li>Eliminação do trabalho infantil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reserva de mercado para a fabricação de componentes exclusivamente por MPEs e médias empresas.</li> <li>Redução de tributação sobre insumos produzidos no país, ou importados, para quase todos os segmentos manufatureiros (exceto derivados de petróleo, têxteis e fumo), reduzindo expressivamente o custo de produção industrial.</li> </ul>
	Governança 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Forte centralização do Estado nos processos de controle e regulamentação das empresas, assegurando práticas empresariais éticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução da corrupção generalizada nas diferentes dimensões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>
	Infraestrutura 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Insuficiência de infraestrutura (falhas de energia, congestionamento dos portos, inadequação das estradas e ferrovias).</li> <li>Escassez de alimentos e precárias condições básicas de higiene, transporte urbano e moradia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Modernização do conjunto de infraestrutura física e social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>
	Internacionalização 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um dos principais polos exportadores de serviços de tecnologia da informação.</li> <li>Barreiras a exportações.</li> <li>Controle na importação de bens de consumo.</li> <li>A exportação do setor de TI corresponde a 35% do PIB.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desoneração e facilitação à importação de bens de consumo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foco e especialização em TIC e atuação da <i>National Association of Software and Service Companies</i>(NASSCOM) para ampliar a base de exportação.</li> </ul>
Ambiente Intermediário	Educação, capacitação e disseminação 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acesso à educação formal limitado.</li> <li>Universidades mundialmente respeitadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reversão do quadro de baixo acesso à educação básica e ensino superior - 44% da mão de obra é analfabeta e 23% tem nível primário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Segundo maior exportador de softwares.</li> <li>Maior número absoluto de PhDs do mundo.</li> <li>Enormes progressos científicos, principalmente em tecnologia de ponta (espacial, nuclear e biológica).</li> <li>Terceira maior comunidade científica do mundo, depois de Rússia e EUA.</li> </ul>

Ambiente Intermediário	<p>Desoneração tributária e desburocratização</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alta dificuldade para abrir um novo negócio. Para a obtenção de alvará é necessário atender 14 procedimentos e aguardar 29 dias em média.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desoneração tributária associada à produção e à geração de emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nos últimos cinco anos, a Índia implementou 18 reformas de regulamentação de negócios em 7 áreas, diminuindo os procedimentos, tempo e custo de abertura de empresa. Muitas dessas reformas estão focadas em tecnologia.</li> </ul>
	<p>Investimento, financiamento e crédito</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crédito restrito às grandes e médias empresas.</li> <li>Médio desenvolvimento de venture capital, com foco em produtos e serviços de TI, produtos de alto valor agregado e de elevado crescimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Facilitação de acesso ao crédito aos empreendedores em geral.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Importante experiência em microcrédito.</li> </ul>
	<p>Tecnologia e inovação</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Predominância das instituições governamentais nos depósitos de patentes.</li> <li>Sistema Nacional de Inovação robusto e focado em áreas estratégicas.</li> <li>Existência, desde a década de 80, de uma política científica e tecnológica, voltada ao estímulo de pessoal qualificado na área de ciência e tecnologia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Leis de direitos autorais em geral adequadas, mas sua implementação é ineficiente e a pirataria de material protegido é generalizada.</li> <li>-Redução da emigração de pessoas qualificadas para o exterior.</li> <li>Necessidade de maior proteção ao meio ambiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de incentivo à P&amp;D&amp;I: subsídios e empréstimos à pesquisa, incentivos tributários e capital de risco.</li> </ul>
Microambiente	<p>Cultura e perfil empreendedor</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>A taxa de empreendedores em estágio inicial (TEA) foi de 11,8% (2008).</li> <li>Alto grau de informalidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Educação e desenvolvimento de competências empreendedoras para todos os indianos, independentemente de sua casta.</li> <li>Mudança de cultura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>
	<p>Empreendedorismo por segmento</p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Empreendedorismo por segmento baixo, não sendo percebido qualquer movimento no sentido de reversão do quadro.</li> <li>Jovens tendem a trabalhar no mercado informal e o movimento de mulheres empreendedoras ainda é bastante tímido. Isso é ancorado em fatores históricos e culturais – as mulheres de boa casta são ensinadas na “arte de ser uma boa esposa” e preparadas para o casamento.</li> <li>Existência de políticas de apoio e/ou formação empreendedora voltadas apenas para pessoas de casta e setores prioritizados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Priorização por parte do governo indiano de políticas de incentivo para o empreendedorismo de grupos específicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram encontrados dados relevantes.</li> </ul>

## 2.5 Consulta com questionário eletrônico

Após a fase de estudos e coleta de dados secundários e informações por meio das referências bibliográficas citadas, iniciou-se a fase de consultas aos principais atores interessados e envolvidos no tema do empreendedorismo, por meio da elaboração de um questionário composto por um conjunto de questões formuladas com base em estudos de instituições especializadas em empreendedorismo e competitividade.

Procurou-se validar e priorizar teses preliminares à política, organizadas em torno

de perguntas de priorização e perguntas de validação, nas quais foram descritos os entraves e medidas avaliadas quanto ao seu grau de relevância para o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil. Dentre as perguntas de validação, foram apresentadas afirmativas relacionadas aos fatores que influenciam o empreendedorismo no país e possíveis teses para a construção da política.

O questionário foi composto por 6 perguntas de priorização e 19 questões que foram amplamente validadas, em até 70% de concordância e importância, por todos os respondentes em âmbito nacional. O instrumento foi disponibilizado para mais de 3.500 pessoas de todos os estados da Federação e obtiveram-se 186 respostas, as quais subsidiaram a elaboração das teses e diretrizes da PNEN, tendo sido analisadas conjuntamente com as informações geradas nas oficinas regionais.

## 2.6 Oficinas regionais

Nessa etapa do projeto, foram realizadas seis oficinas regionais, nas cidades de São Paulo, Belém, Goiânia, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, usando a metodologia *The World Café*. O evento teve o objetivo de proporcionar a oportunidade de formulação e apresentação, de forma intencionalmente participativa, de contribuições e propostas para as diretrizes da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios.

No total, as oficinas tiveram a participação de 286 pessoas, entre instituições especializadas, empresários e representantes do setor empresarial, universidades e centros de pesquisa, governo e profissionais ligados a instituições de crédito e capital de risco. O menor índice de participação foi o das instituições de crédito e capital de risco. No caso dos representantes dos governos estaduais, vale destacar a presença de diferentes secretarias, como as de Indústria, Comércio e Turismo, Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação e Fazenda, que foram importantes para a validação das barreiras e das possibilidades de mudanças e dos investimentos necessários.

A seguir, título de ilustração, apresentam-se algumas propostas formuladas nas oficinas, dentre os 11 eixos de análise nos níveis macroambiente, ambiente intermediário e microambiente.

### Macroambiente

Reduzir as taxas de juros a parâmetros internacionais e definir a tributação de acordo com a segmentação de mercado.

Promover conferências nacionais, que têm se mostrado um mecanismo interessante e eficaz para articulações e debates, bem como de integração entre o poder público, iniciativa privada e entidades.

Ter locais físicos e virtuais para orientações ao empreendedor, como centros integrados de apoio e informação, assistência jurídica e esclarecimento de procedimentos burocráticos.

### Ambiente intermediário

Criar o Simples trabalhista.

Ampliar a desburocratização da Lei nº 123/2006 e usar como único critério de enquadramento o faturamento.

Criar lei específica de "cédula de crédito" – garantia bancária.

Criar marco regulatório para a economia solidária.

Desburocratizar a criação de cooperativas.

Atrair e incentivar fundos de capital de risco e capital semente.

Oferecer isenção tributária para o empreendedor nos dois primeiros anos.

Instituir programa de transição tributária, com redução significativa para empresas nascentes (Simples Zero).

Microambiente	Fazer divulgação em massa de casos de sucesso de empreendedores brasileiros, para que inspirem outros e para que a sociedade dê mais valor ao empreendedorismo como opção de carreira.
	Incorporar a cultura empreendedora no ambiente universitário, em todos os cursos, incluindo mestrados e doutorados com perfil específico.
	Criar bolsas de iniciação empreendedora.
	Valorizar os programas de extensão, usando casos reais e experiências práticas, com validação da carga horária complementar.

## 2.7 Oficinas com agentes governamentais

Outro processo de consulta e alinhamento ocorreu com a realização de duas oficinas com representantes das instituições governamentais federais, com a finalidade de mapear os programas com interface aos temas de empreendedorismo, inovação e competitividade. O evento permitiu identificar mais de cem iniciativas que têm forte interação com o empreendedorismo, bem como as possíveis lacunas, tendo em vista a melhoria no ecossistema empreendedor no Brasil. Como resultado, as oficinas contribuíram também para a formulação de diretrizes relacionadas à governança da Política.

Participaram das duas oficinas governamentais as seguintes instituições:

- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC/SETEC)
- Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
- Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SESAN/MDS)
- Banco do Brasil (BB)
- Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP)
- Departamento de Cooperativismo e Associativismo da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (DENACOOP/SDC)
- Ministério das Cidades (MCIDADES)
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- Secretaria de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SCS/MDIC)
- Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
- Ministério do Turismo (MTur)
- Ministério da Cultura (SEC/MINC)
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
- Secretaria do Ministério da Cultura (SEC/MINC)
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS-CE)
- Departamento de Fomento Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
- Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (REDETEC)
- Governo do Distrito Federal (GDF)

Foi solicitado aos participantes que apresentassem até cinco programas, projetos ou ações desenvolvidas por suas instituições, cujo objetivo se enquadrasse como estímulo e apoio ao empreendedorismo. O resultado está apresentado a seguir.

Programas e Projetos Governamentais de Apoio e Estímulo ao Empreendedorismo

Macroambiente			
Ambiente Econômico	Marco Regulatório	Governança	Infraestrutura
<p>Feira do Empreendedor Presencial e a Distância (SEBRAE)</p> <p>Ações de apoio à comercialização de produtos turísticos (MTUR)</p> <p>Minha Empresa, Minha Vida (GDF)</p> <p>PRONATEC Turismo (MTUR)</p>	<p>Fiscalização dos diversos participantes do mercado de capitais (CVM)</p> <p>Abertura de capital (CVM)</p> <p>Lei do Bem (Finep Inova Brasil MCTI)</p> <p>LC 123/2006 (MFAZENDA)</p> <p>Negociação de títulos e contratos (CVM)</p> <p>Implementação da Lei Geral das MPes (SEBRAE)</p> <p>Lei Geral – MPE no DF (4.611/2011) (GDF)</p> <p>Regulação de fundos de investimento e investimentos coletivos (CVM)</p> <p>Lei de Informática (MCTI)</p>	<p>Fomento atividades pesqueiras e aquícolas sob formas associativas (MPA)</p> <p>Fórum Permanente das MPes - 25 Fóruns Regionais implantados (MDIC)</p> <p>Acordos de cooperação entre estados, municípios, universidades e associações de classe (INPI)</p> <p>ROTACOOOP - Projeto Rotas do Cooperativismo (MDA)</p>	<p>Internacionalização</p> <p>PROSul - Projeto de Cooperação para Integração Produtiva entre Cooperativas do Mercosul. (MDA)</p> <p>PEEX – Projeto de Extensão Industrial Exportadora (MCTI)</p> <p>COOPER Export - Projeto de Internacionalização de Cooperativismo para o Mercado Externo (MDA)</p> <p>Ações de apoio à comercialização de produtos turísticos (MTur e Embratur) (MTUR)</p> <p>Projeto de Lei: Alvará de negócio desvinculado do habite-se, vara exclusiva da justiça do DF para MPE. (GDF)</p>
			<p>Infraestrutura</p> <p>PNI - Programa Nacional de Incubadoras, Parques Tecnológicos e Rede de Incubadoras (MCTI)</p> <p>CADASTUR - Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (MTUR)</p> <p>PRODETUR - Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo (MTUR)</p> <p>15 pólos de atendimento ao empreendedor individual (formalização, capacitação e consultoria social). (SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO DO ESTADO DO CEARÁ)</p> <p>Projeto de Lei: Alvará de negócio desvinculado do habite-se, vara exclusiva da justiça do DF para MPE. (GDF)</p>

Ambiente Intermediário

Educação e Capacitação	
Feira do Empreendedor Presencial e a Distância (SEBRAE)	Rede de Propriedade Intelectual (MCTI)
Saber Empreender (SEBRAE)	Sebrae Mais (SEBRAE)
Projeto Educavisa - Educação para ensino em vigilância sanitária. (ANVISA)	Palestras institucionais sobre o Mercado de Valores Mobiliários. (CVM)
INTRAEMPREENDEORISMO: SEPUC - Escola de Gestão Pública (curso de capacitação para os colaboradores e ciclo de palestras nos Municípios) Núcleo de Empreendedorismo Intersetorial. (SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO DO ESTADO DO CEARÁ)	
MID - Mapa de Inclusão Digital. (IBICT)	Aprender a Empreender (SEBRAE)
COOPER Acadêmico - Programa de Estímulo ao Ensino e à Produção Acadêmica na Área de Cooperativas (MDA)	PROFICOOP - Projeto de Profissionalização da Gestão de Cooperativas e Formação de Redes de Cooperação. (MDA)
SEI - Sebrae Empreendedor Individual (SEBRAE)	Programa de Educação Financeira em Escolas (CVM)
Educação Empreendedora para internet (SEBRAE)	PRODIN - Programa de Orientação e Defesa dos investidores (CVM)
Palestras e stands em feiras congressos, e eventos específicos. (MITUR)	Assessoria de crédito ao empreendedor informal (Banco do Nordeste do Brasil)
Programa Empreendedores Primeiros Passos (Sebrae SP e ES) (SEBRAE)	Agroamigo: capacitação para (Banco do Nordeste do Brasil)
Rede Agentes (MDIC)	Capacitação - EaD - básico, intermediário e avançado (MITUR)

Financiamento, Investimento e Crédito	
PROGER (MPes)	Microcrédito BRB (GDF)
Subvenção Econômica (FINEP)	Fundos de Apoio e Fomento (GDF)
SGC - Sociedades de Garantia de Crédito (SEBRAE)	Financiamentos Internacionais - PNIUD (GDF)
PROFROTA - Programa Nacional de Fortalecimento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Lei 10.849/2004). (MPA)	
MPO - Microcrédito Produtivo e Orientado (BB, CEF, BN, BRB, Sudéco, BNDES) (GDF)	Editais de chamamento público para o financiamento da pesquisa e inovação (MPA)
MPO - Microcrédito Produtivo e Orientado. (Banco do Brasil)	FAMPE - Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
PAPPE - Integração (Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas) (FINEP, MCTI)	

Desoneração Tributária e Desburocratização	
Simplex Nacional (Inclusive SIMEI) - Sistema de Recolhimento em Valores Fixos (MFAZENDA)	
Empreendedor Individual (MDIC/MFAZENDA)	
Seminário Nacional e Seminários Regionais do Simplex Nacional (MFAZENDA)	

Financiamento, Investimento e Crédito	
ALIs - Agentes Locais de Inovação (SEBRAE)	Rede ISSN - International Standard Serial Number (IBICT)
Sebraetec - Serviço de Inovação Tecnológica (SEBRAE)	Co-Working, Inclusão Empresarial e Startups (GDF)
SIBRATEC - Extensão Tecnológica (MCTI)	Venture Forum (FINEP)
ACV - Avaliação do Ciclo de Vida (IBICT)	Repositórios digitais. (IBICT)
Seed Forum (FINEP)	Redes Temáticas: Metrologia, Química, Têxtil. (REDETEC/ESTADO DO RJ)
RHAE - Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (MCTI)	NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica (MCTI)

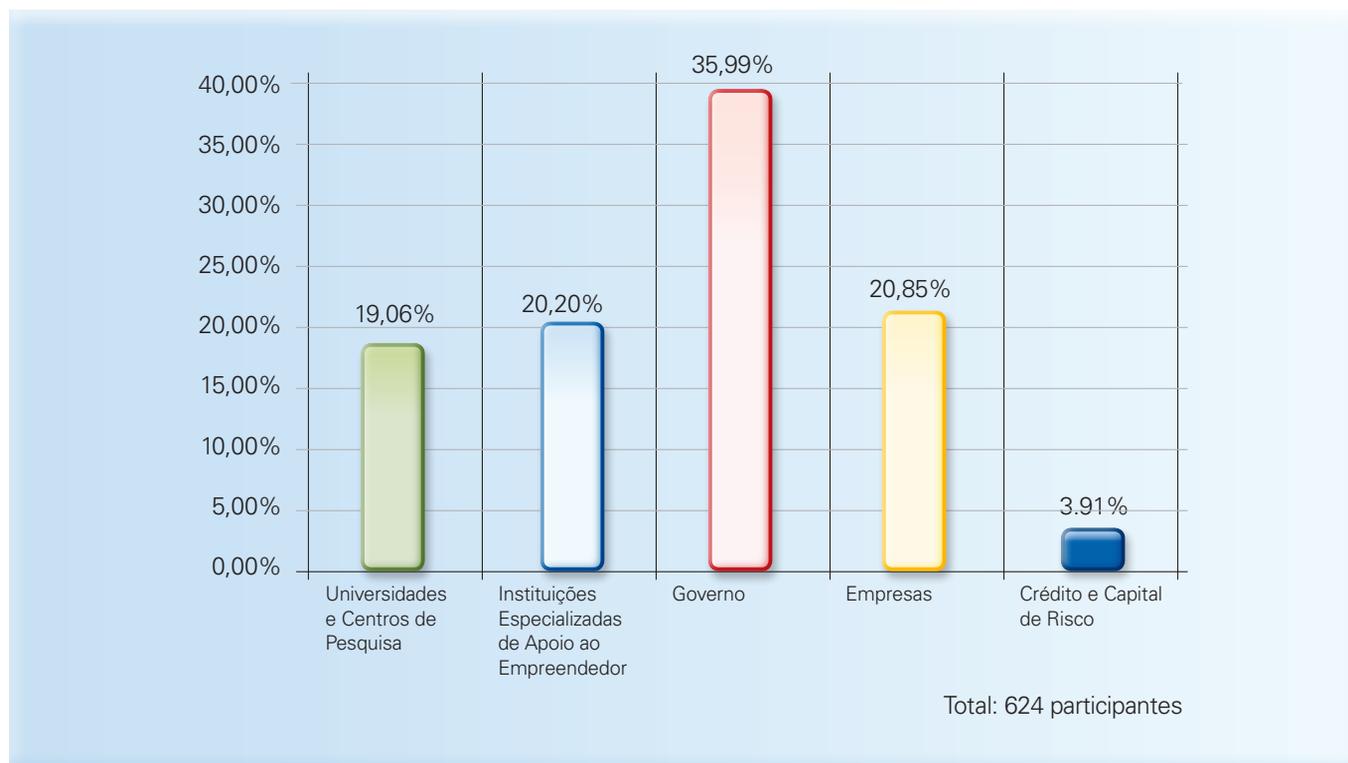
Microambiente			Cultura e Perfil Empreendedor
Empreendedorismo por Segmento			
Eixo da Inclusão Produtiva do Plano Brasil sem Miséria (MDS)	ENCOMEX – Encontros de Comércio Exterior (MDIC)	Empreendedor Individual no Cadastro Único do MDS (MDS)	Pesquisa: avaliação de efetividade de políticas públicas para incentivar a ação empreendedora. (MICIDADES)
Prêmio Mulher de Negócios (SEBRAE)	PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar (Prioriza alimentos orgânicos e agroecológicos – quilombolas, indígenas) (MTUR)		
Programa Nacional Sebrae Territórios da Cidadania (SEBRAE)	Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (MDIC)	Empreendimentos Econômicos Solidários (GDF)	Prêmio MPE Brasil (SEBRAE)
Fomento Sebrae - Compras públicas do DF (GDF)	de Microcrédito Orientado – bancos comunitários (mulheres em atividades produtivas) (SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO DO ESTADO DO CEARÁ)		Empretec (SEBRAE)
Júnior Achievement (SEBRAE)	Saber Empreender (SEBRAE)	Programa Feira do Peixe (MPA)	Desafio Sebrae (SEBRAE)
Desafio Sebrae (SEBRAE)	Turismo de Base Comunitária (GDF)	INTERAgro - Programa Nacional Permanente do Desenvolvimento da Agroindustrialização de Cooperativas (MDIC)	Prêmio Prefeito Empreendedor (SEBRAE)
Programa Nacional do Trabalho e Empreendedorismo da Mulher (SECRETARIA DE POLÍTICA PARA MULHER)	PRONAF MULHER – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para Mulheres (MDIC)	PROCOOP Jovem - Projeto de Estímulo e Promoção do Cooperativismo para a Juventude (MDIC)	Pesquisa: avaliação de efetividade de políticas públicas para incentivar a ação empreendedora (MICIDADES)
Programa Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária (Foco na Erradicação da Pobreza) (ANVISA)	Programa Nacional Documentação Trabalhadores Rurais (MDIC)	Projeto VisaMobiliza (capacitação com movimentos sociais) (ANVISA)	

## 2.8 Consolidação dos resultados

A etapa de consolidação demandou um esforço de sistematização e interpretação do grande volume de dados e informações coletadas em todas as fases do projeto.

Participaram de todas as fases de coleta de dados do projeto 624 pessoas, com diferentes perfis, conforme a figura abaixo.

Figura 4 - Perfil de participantes da construção de teses e diretrizes da PNEN



A estrutura conceitual utilizada para a consolidação das informações está representada na figura a seguir. Procurou-se identificar:

- Entraves e desafios mais relevantes para o desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil, utilizando-se como fonte de dados a matriz Brasil, os entraves amplamente validados pelo questionário e aqueles apontados durante as oficinas regionais.
- Propostas e contribuições para a PNEN, utilizando-se como fonte as boas práticas conhecidas por meio do estudo comparativo dos cinco países selecionados, as propostas extraídas e validadas pelo questionário, e propostas e soluções levantadas nas oficinas regionais.
- Mapeamento das atuais iniciativas governamentais de apoio e estímulo ao empreendedorismo.

Figura 5 - Teses e Diretrizes para a Política Nacional de Empreendedorismo - Metodologia de Consolidação



## 2.9 Seminário Internacional e Consulta Pública

Após a consolidação das informações coletadas nas fases anteriores e das contribuições colhidas nas oficinas e por meio do questionário, as teses e diretrizes foram apresentadas durante o Seminário Internacional Política Nacional de Empreendedorismo – Transformando ideias em negócios.

O evento ocorreu no dia 26 de junho de 2012, em Brasília, na sede da Confederação Nacional do Comércio, e contou com a participação de especialistas, empresários e representantes do governo. Convidados internacionais apresentaram as políticas e programas relacionados ao empreendedorismo na União Europeia, Colômbia e em vários outros países.

O Seminário também incluiu um debate com a participação dos convidados, estimulado por perguntas e comentários da plateia, com o objetivo de validar e agregar contribuições às teses e diretrizes apresentadas.

### Palestrantes e Debatedores do Seminário Internacional

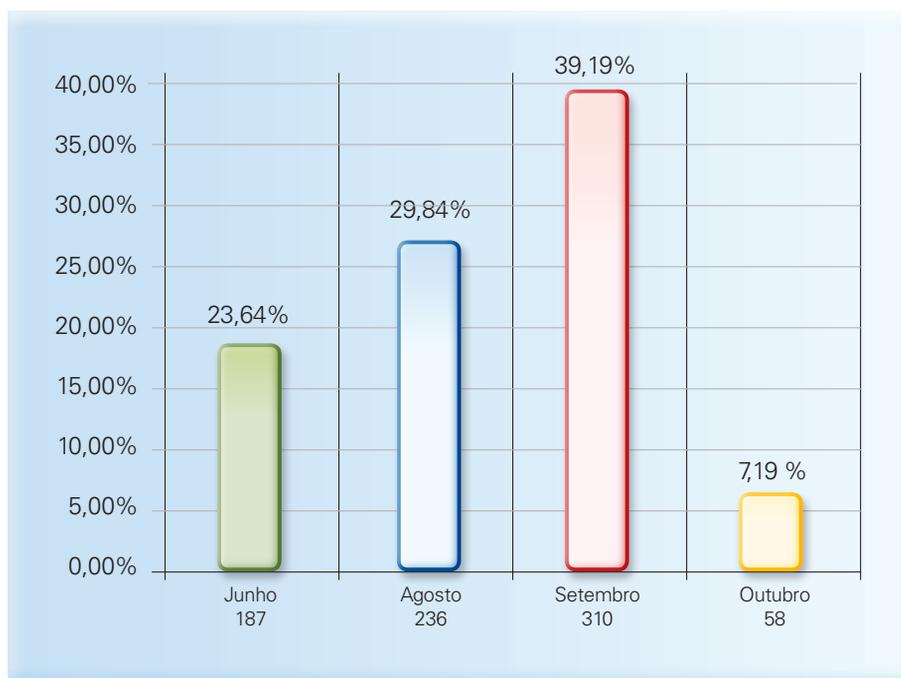
- **Luís Afonso Bermúdez** – Diretor do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília.
- **Fiorina Mugione** – Chefe do Departamento de Políticas Empresariais e de Programas de Capacitação Empresarial da UNCTAD/ONU.
- **Andrés Felipe Otero** – Diretor de StartUp Café do Centro de Desenvolvimento do Espírito Empreendedor.
- **Carl James** – Consultor do projeto Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia.
- **Fábio Fowler** – Diretor de Empreendedorismo e professor da Universidade Federal de Itajubá.
- **Ednalva F. C. Morais** – Vice-Diretora do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília e Coordenadora Geral do projeto PNEN.

O processo de consulta pública sobre as Teses e Diretrizes da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios – PNEN foi lançada no dia 14 de julho e esteve disponível até o dia 10 de outubro de 2012. O objetivo principal da consulta foi colher contribuições, tanto de setores especializados quanto da sociedade em geral relativas à composição das teses e diretrizes para a promoção do empreendedorismo e da melhoria do ambiente de negócios no País.

Vale ressaltar que a ferramenta de consulta pública abriu uma ampla possibilidade de discussão sobre os diversos temas que deveriam compor a agenda governamental de promoção do empreendedorismo e permitiu que toda a sociedade contribuísse para a melhoria dos mecanismos governamentais de estímulo ao ambiente de negócios, conferindo a devida democracia e transparência ao processo de elaboração da PNEN para toda a sociedade brasileira.

Foram registrados 2.275 acessos ao site da consulta pública, dos quais 30,15% foram caracterizados como acessos recorrentes. Detectou-se a ampla participação dos estados brasileiros e Distrito Federal e de alguns países estrangeiros. A figura XX aponta para o número de acessos à contribuição, distribuídos conforme os meses da consulta.

Figura 6 - Distribuição do quantitativo de acessos da consulta pública por mês





# 3. Diretrizes e Estratégias

## Eixos prioritários

A título de consolidação geral dos desafios e das iniciativas de maior abrangência e impacto para a PNEN, e como recomendação geral, sintetizamos em cinco eixos prioritários e ordem de importância:

1. Elaboração e implantação de uma estrutura de governança que promova maior sinergia dos programas, projetos e ações já existentes.
2. Desenvolvimento e reformulação do sistema educacional em todos os níveis com abordagem transversal da pedagogia para o empreendedorismo e intraempreendedorismo.
3. Desenvolvimento de um sistema único de informações relevantes e estratégicas ao empreendedor, simplificadas e organizadas a partir dos eixos estruturantes deste PNEN.
4. Consolidação dos mecanismos de integração entre governo, empresa e universidade, tais como núcleos de inovação tecnológica, incubadoras, parques tecnológicos e programas de extensão, de forma a oferecer infraestrutura física e serviços estratégicos de base para o empreendedorismo, a inovação e a competitividade das empresas nascentes e das já existentes.
5. Desenvolvimento de um sistema eficiente de gestão, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, de forma a otimizar recursos e potencializar os resultados.

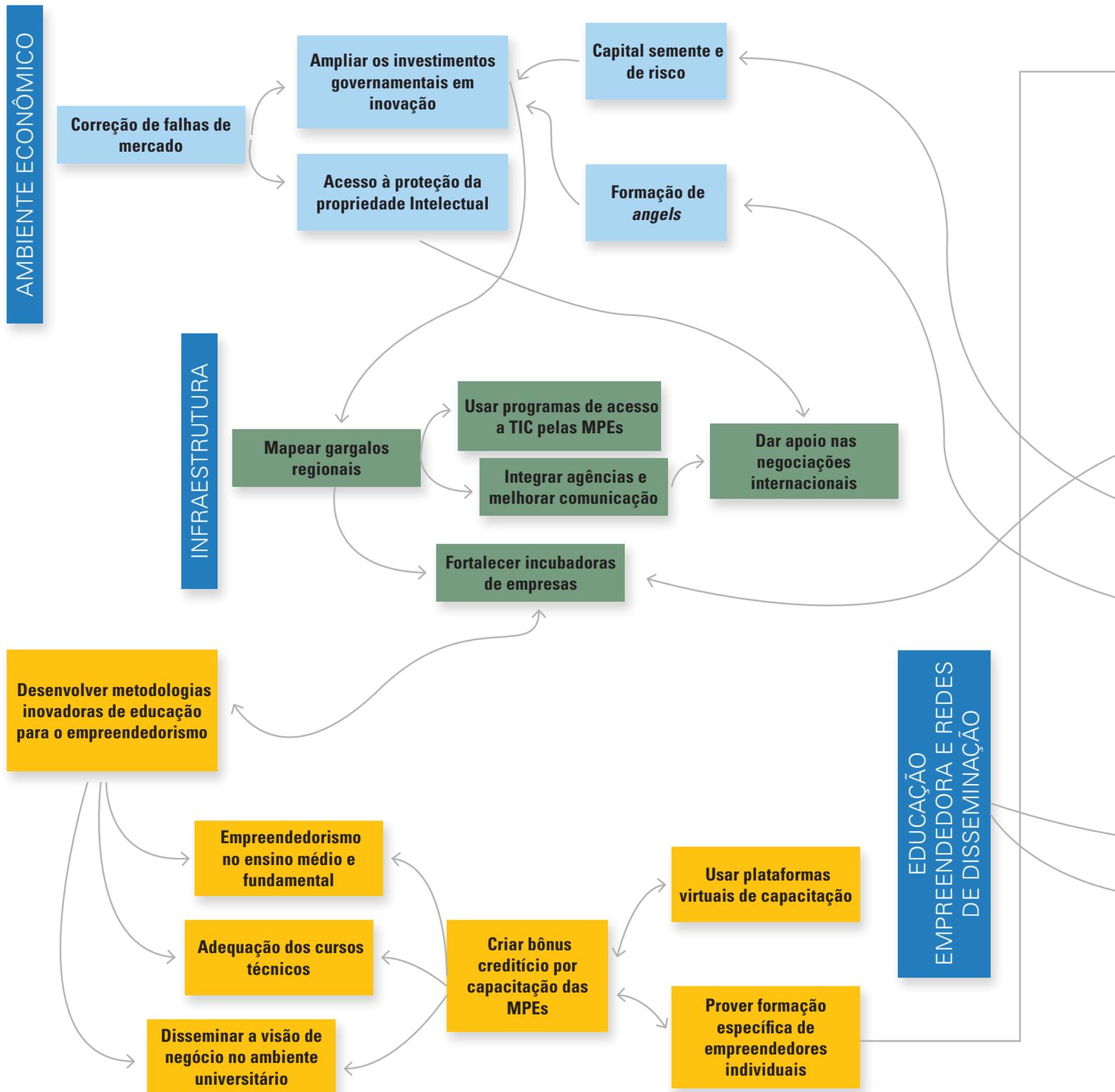


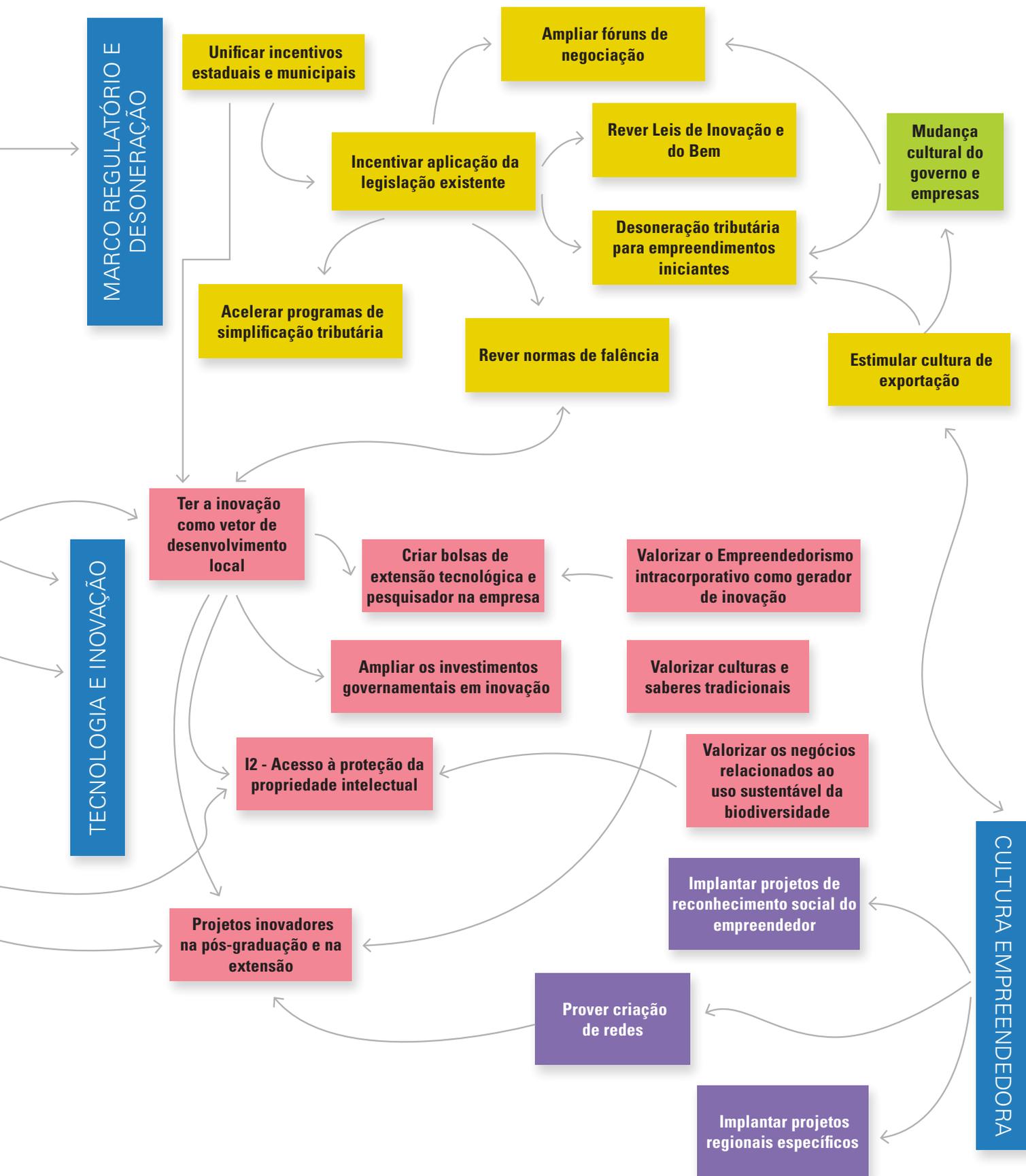






Figura 7 - Diretrizes e Estratégias: conexões e inter-relação







# Referências bibliográficas

BAUMOL, W.J. Formal entrepreneurship theory in economics: existence and bounds. *Journal of Business Venturing*, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 197-210, maio 1993. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0883902693900273>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação 2012 – 2015*: balanço das atividades estruturantes. Brasília, 2011.

FILION, L. J. *O Empreendedorismo como tema de estudos superiores*. In: SEMINÁRIO A UNIVERSIDADE FORMANDO EMPREENDEDORES, 1999, Brasília, CNI-IEL, 1999.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP RESEARCH ASSOCIATION – GERA. *Global Entrepreneurship Monitor: 2010 global report*. [S.l.]: Babson: Universidad del Desarrollo, c2012. Disponível em: <<http://www.gemconsortium.org/docs/download/266>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

GRECO, S.; FRIEDLANDER, F.; DUARTE, E.; RISSETE, C.; FÉLIX, J.; MACEDO, M.; PALADINO, G. (2011). *Global Entrepreneurship Monitor – Brazil Report*. Disponível em: [www.gemconsortium.org](http://www.gemconsortium.org). Acesso em: 13 mar. 2012.

GRECO, S.M.S.S.et al. *Empreendedorismo no Brasil: 2010*. Curitiba: IBQP, 2010. 286 p. ISBN: 978- 85- 87466- 14- 5.

IMD BUSINESS SCHOOL. *IMD world competitiveness yearbook: 2011*. Switzerland, 2012. Disponível em: <<http://www.imd.org/research/publications/wcy/index.cfm>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

MARTES, A. (2010). *Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor*. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 254-270.

MUGNOL, R. P. Competitividade sistêmica das micro, pequenas e médias empresas da cadeia produtiva de autopeças da Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul e desenvolvimento regional. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 56-74, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.perspectivaeconomica.unisinos.br/pdfs/59.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

OECD. *Entrepreneurship at a Glance 2011*. OECD Report: 2011.

OECD. Framework for the Evaluation of SME and Entrepreneurship Policies and Programmes. *OECD Report*: 2007.

ROBERTS, E.; EESLEY, C. *Entrepreneurial impact: the role of MIT*. Kansas City: Kauffman Foundation, 2009.

SAY, J.B. *Cours d'économie politique et autres essais*. Paris: Flammarion, 1996.

SEBRAE. *Lei Geral da Micro e Pequena Empresa: conheça as mudanças, os procedimentos e os benefícios*. Brasília, 2007.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHUMPETER, J. A. O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico. In: *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

UNCTAD. UNCTAD Entrepreneurship Policy Framework and Implementation Guidance. UNITED NATIONS: New York and Geneva, 2012.

# Lista dos Participantes na Construção das Teses e Diretrizes da Política Nacional de Empreendedorismo e Negócios - PNEN

CONTATO	INSTITUIÇÃO
<b>GOIÂNIA/GO</b>	
ALBERTO ELIAS LUSTOSA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - GOIÁS
ANGELIA CRISTINA PEREIRA	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - GOIÁS
BRUNO ALENCAR PEREIRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMILA MOREIRA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - GOIÁS
CÂNDIDO BORGES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAROLINA ADORNO CAMPOS	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS - GOIÁS
CAROLINE LETICIA LOMPA	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE GOIÁS
CLAUDIA GONZAGA DE SIQUEIRA	SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMERCIO - GOIÁS
DANILO MENINA VIERA	AGENTE DE PROSPECÇÃO
DENISE CRISTINA MARTINS DOS SANTOS NERY	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS - UNI-ANHANGUERA
DIOGO CASSIUS	EMPRESA DICA ARQUITETURA
EDUARDO ALCÂNTRA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - GOIÁS
EDUARDO ANTÔNIO LOBO FILHO	SECRETARIA DA MICRO EMPRESA E ECONOMIA SOLIDARIA - DF
EDWARD HUMBERTO GUIMARÃES JÚNIOR	BONUM CONSULTORIA
ELDER SOUTO SILVA PINTO	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE GOIÁS
EUCÁRICE CABÓ	SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE ANÁPOLIS/GO
EVERALDO LEITE	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO TOCANTINS
FABIO W. SOUSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
FABRIZCO DE ALMEIDA RIBEIRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
IESO GOMES PEREIRA DA SILVA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - GOIÁS
ILDEFONSO CAMARGO JÚNIOR	VALORIMEX
IRACI VILELA GOMIDE SANTOS	EDUCAÇÃO FÍSICA EM REVISTA/CIÊNCIA
JOÃO BOSCO GOUTHER	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - GOIÁS
JOEL ROCHA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - GOIÁS
KAELL CRUZ BARROS	EDITORA KELPS
LIANE CANDITO GUIMARÃES CUNHA	SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMERCIO DE GOIÁS
LUCIANA SOUZA MARQUES CHAVEIRO	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - GOIÁS
LUCIANO JAIME PEIXOTO	SINDICATO DA INDUSTRIA DE FABRICAÇÃO DE ETANOL - GOIÁS
LUIZ RUFINO FEITAS FILHO	SIMPLES GDF
MARCIO C. DE SOUZA	COORDENADOR DE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
MARIA DE JESUS RIBEIRO LIMA	SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO - GOIÁS

CONTATO	INSTITUIÇÃO
MARISA BRANDÃO	ASSOCIAÇÃO JÚNIOR
MEIRE DA SILVA PRATES	SECRETARIA DE ESTADO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO - GOIÁS
MIRIAM PEREIRA DE SOUZA FAGUNDES	SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - GOIÁS
NELSON GUZZO	AGÊNCIA DE FOMENTO - GOIÁS
PIERRE MARCOS DE MORÃES	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - GOIÁS
RAFAEL LOUSA	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPREENDEDORES - GOIÁS
RICARDO FOUAD RABAHI	PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA
RICARDO LIMONGI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ROSEMAR RODRIGUES DE O.MARINARI	SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
RUI BARBOSA MESQUITA	BANCO DO BRASIL
RUI DIAS DA COSTA	FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO - GOIÁS
SOLANGE OLIVEIRA BOTOSSO	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SULAMITA DE AQUINO PORTO	FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO - GOIAS
TASSO MENDONÇA JUNIOR	FUNDO DE FOMENTO A MINERAÇÃO - GOIÁS FOMENTO
ULISSES FONTOURA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - GOIÁS
ZEILA CÁRITA GOMES DE CARVALHO	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - GOIÁS
SUBTOTAL = 47	
<b>BELÉM/PA</b>	
AFONSO LUIZ DE SOUZA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
AIRTON LISBOA FERNANDES	SECRETARIA EXECUTIVA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - PA
ALESSANDRO DE CASTRO CORRÊA	INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ
ANTÔNIO JORGE G. ABELÉM	PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
ARTUR MASCARENHAS	SECRETARIA EXECUTIVA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - PA
CARLOS DE JESUS CRISTINO	SECRETARIA EXECUTIVA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - PA
CARMEM CÉLIA COSTA DA CONCEIÇÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
CÉLIA NASCIMENTO	SECRETARIA EXECUTIVA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - PA
CLENER LOUREIRO	BANCO DA AMAZÔNIA
DOUGLAS ALVARO	PORTAL EMPREENDEDOR
DOUGLAS DINELLY	SECRETARIA EXECUTIVA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - PA
ELANE RIBEIRO	SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PARÁ
FÁBIO LÚIO COSTA	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ
GABRIEL ANTÔNIO RIBEIRO DE OLIVEIRA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA AMAZÔNIA
GREGORI GIRARD	SECRETARIA EXECUTIVA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - PA
HELEONORA NEVES	SECRETARIA EXECUTIVA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - PA
JAIR GALDINO CABRAL COSTA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
LÚCIO CAVALCANTI	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ
MARCO ANTONIO SILVA LIMA	SECRETARIA EXECUTIVA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - PA
MARCOS VENANCIO C. ARAUJO	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
MARIA JOSÉ DE S. BARBOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA AMAZÔNIA
MASSIMO ROBERTO M. MORÃES	BANCO BRADESCO
MAURO PALHETA	BANCO DO ESTADO DO PARÁ
MILTON G. DA COSTA MOTA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO PARÁ
MÔNICA MOURA	SECRETARIA EXECUTIVA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - PA

CONTATO	INSTITUIÇÃO
RAFAEL BOULHOSA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
RAUL DA ROCHA TAVARES	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ
RODRIGO GARCIA	SECRETARIA EXECUTIVA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - PA
SÔNIA MENDES	SECRETARIA EXECUTIVA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - PA
VERÔNICA NAGATA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
VICENTE HONORATO DA PENHA	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - PA
SUBTOTAL = 31	
<b>SÃO PAULO/SP</b>	
AMÁBILA PACIOS	FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES
AMISHA MILLER	INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR DO BRASIL
ANA MARIA DE ARAÚJO BRASÍLIO	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SP
ANA PAULA PEREIRA	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS JUNIORES
ANA PAULA SEFTON	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SP
BRUNO GHIZONI	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO SESTOKAS FILHO	HSM EDUCAÇÃO
CASSIO SPINA	ANJOS DO BRASIL
CRISTINA ENGELS	SINDICADO DAS SOC. DE FOMENTO MERC. FACTORING - SP
DÁRIO VEDANA	INOVANDO MAIS
DIEGO REMUS	STARTUPS
DULCIMAR DE PAULA BARBETO	AGÊNCIA USP DE INOVAÇÃO
EMERSON MORAIS VIEIRA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SP
FLÁVIO VITAL	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
FRANCISCO RIBEIRO DE ALMEIDA	HSM EDUCAÇÃO
GEORGE DOI	SINDICATO DA MICRO E PEQUENA INDÚSTRIA - SP
GILBERTO SARFATI	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - SP
JOSÉ ROBERTO RODRIGUEZ	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SP
LINA MARIA USECHE JARAMILLO	ASSOCIAÇÃO ALIANÇA
LUCIMAR DANTAS	INCUBADORA DO COPPE/UFRJ
MARCELLA MONTEIRO DE BARROS	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARCOS ZEKZER	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARINA MIRANDA	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARDUK DUARTE	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS EMPRESÁRIOS
MATEUS AGUIAR SAMPAIO DOS SANTOS	FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS JUNIORES - RIO JUNIOR - RJ
RENATO FONSECA DE ANDRADE	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SP
RICARDO SANTOS NAVAS	BANCO SANTANDER BRASIL
ROBERT PARKINSON	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SP
ROGÉRIO VICENTE DE S. GURGEL	BANCO ITAÚ/UNIBANCO
SÉRGIO WIGBERTO RISOLA	CENTRO DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMOS E TECNOLOGIA
SILVÉRIO CRESTANA	SEC. EXEC. DA FRENTE PARLAMENTAR DE EMPREENDEDORISMO
TOSHIHIRO YOSIDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
VÂNIA MARIA JORGE NASSIF	FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA
VERAMIVALDO NOGUEIRA FONSECA	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SUBTOTAL = 34	

CONTATO	INSTITUIÇÃO
<b>PORTO ALEGRE/RS</b>	
AADEL SANTOS	ASSOCIAÇÃO DE JOINVILLE E REGIÃO DA MPE
ADEMIR GERSON DEITOS	ASSOCIAÇÃO SUL DE MOVEIS REDLAR
ALBERTO ROSSI	SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENV. TECNOLÓGICO - RS
ALCIDES ANDRADE	FEDERAÇÃO DAS ASSOC. DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SC
ALEXANDRE AVILA	EMPRESA FORMAQ FORNECEDORA DE MÁQUINAS - RS
ANACLETO ANGELO ORTIGARA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SC
ANDRÉ LUIZ RONCATTO	SISTEMA FECOMERCIO DO RIO GRANDE DO SUL
ANDRE VALMIR DOS SANTOS LEMAN	EMPRESA LEMAN GERADORES
CARLOS AUGUSTO HARGES	GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CARLOS EDUARDO ARANHA	PARQUE TECNOLÓGICO DE SÃO LEOPOLDO - TECNOSINOS
CARLOSTADEU SOARES	SECRETARIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA
CAROLINE KOTHE	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL - RS
CELIOMAR ANTÔNIO RAIMONDI	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CELSON POZZEBON	ASSOC. DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO NORDESTE DO RS
CLEDSON ROSA	EMPRESA HP ELETRICIDADE
DANTE TOMEI	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESA JUNIORES
DOMINGOS MOURA GUARANHA	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
EDSON ROBERTO ROTHFEL DA SILVA	EMPRESA CATENA INDÚSTRIA METALURGICA
ELIZETE S. DOS SANTOS	REDE DELICICHIS
HELTER CECATTO	PROFESSOR DE DESIGN ESTRATÉGICO E COMUNICAÇÃO
IVEL XARÃO	ASSOC. DAS PEQUENAS E MICROEMPRESAS DE SÃO GABRIEL - RS
JORGE TAKEDA	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ
LIANE PETRY HARSTEZN	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
LUCIANO SERGIO MICHELAN	SECRETARIO DO FÓRUM MPE DE SANTA CATARINA
LUIS CARLOS WALCZAK	EMPRESA GREIF EMBALAGENS
LUIZ CARLOS GAUTERIO PINHEIRO	SINDICATO DA INDÚSTRIA GRAFICA DO RIO GRANDE DO SUL
GUSTAVO GRISA	CONSULTOR AUTÔNOMO PARA O MDIC
LUIZ OTAVIO DA SILVA NASCIMENTO	EMPRESA MERITA CONSULTORIA
MARA DENISE FRANCK SCHIERHOLT	ASSOCIAÇÃO SUL DE MOVEIS REDLAR
MARCOS HANS	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES
MARCOS NOBRE	ASSOCIAÇÃO DE ENTIDADES EMPRESARIAIS DE SANTA CRUZ DO SUL
MARIA APARECIDA HEROK	CIDA CULTURAL
MARIA CRISTINA BOHNENBERGER	UNIVERSIDADE FEEVALE
MARINA MARTINS	SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - RS
MAURICIO MICHELON	ASSOC. DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE DO NORDESTE DO RS
NAIRA LIBERMANN	PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ORACELIA ALBIERO DE CESARO	UNIV. REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PAULO CESAR SOUSA DA COSTA	ASSOCIAÇÃO SUL MOVEIS ELETRODOMÉSTICOS - REDLAR
PAULO SALVI	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE GARIBALDI
RAEL MAIRESSE	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS JUNIORES
RENATA PAMELA ROTHEFEL DA SILVA	EMPRESA CATENA INDÚSTRIA METALURGICA

CONTATO	INSTITUIÇÃO
ROSALINA DUARTE MEDEIROS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
SANDRA DE OLIVEIRA	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL
VERA TERESINHA DANIEL STRINGHINI	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CANOAS
VICTOR KOHELLA	ASSOC. DE JOINVILE E REGIÃO DA PEQ. E MICROEMPRESA
VIVIANE ANDRESSA PINTO	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - RS
SUBTOTAL = 46	
<b>BELO HORIZONTE/MG</b>	
ADÉLIA GALANTINI	EMPRESA ADELIA GALANTINI ASSESSORIA
ANDRÉ LUIZ ZAMBALDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
ANDREA MAGESTE DAMÁZIO	EMPRESA ANIMUS CONSULTORIA
ARNALDO CORREIA SILVA FILHO	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
BELCHIOR G. SILVA	FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS - MG
BENJAMIN VITO GUIMARÃES	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EDVAR DIAS CAMPOS	EMPRESA CED CONTABILIDADE
FÁBIO ROBERTO FOWLER	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - MG
FERNANDO DE ARAÚJO ABREU	FACULDADE BATISTA DE MINAS GERAIS
FERNANDO PASSALIO AVELAR	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENV. ECONÔMICO DE MINAS GERAIS
JEFERSON NEY AMARAL	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MG
JOÃO ÁVILA	ANJOS DO BRASIL
JOSE OSWALDO CASMAR	FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
JUAREZ LEITÃO	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
LEONARDO PURRI MIRANDA	ASSOCIAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
LEONARDO SILVA HORTA	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENV. ECONÔMICO DE MINAS GERAIS
LUCAS PÊGO OLIVEIRA PEREIRA	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES
LUCIANA RAMOS SOARES	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MG
MARCILENE CEDRO	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS
MARIA CONCEIÇÃO BOAVENTURA	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS
MARIA DULCINEIA DIAS CARDOSO	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - MG
MARINA BRANDÃO DUTRA	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - MG
MARINELY DE PAULA BOMFIM	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
MARIO FERNANDO C. RODRIGUES	CENTRO TEC. DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE VIÇOSA - MG
NAIR APARECIDA DE ANDRADE	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MG
PATRICIA GOMES CARNEIRO DA SILVA	SEC. DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - MG
PATRICIA MIRANDA	SUP. ARTESÃO - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PAULO MÁRINS CAMPOS	CENTRAL EXPORTAMINAS
PEDRO PAULO SALES	INSTITUTO FEDERAL SUDESTE DE MINAS GERAIS
RICARDO LUIZ ALVES PEREIRA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MG
RODRIGO LACERDA SALES	CENTRO TEC. DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE VIÇOSA - MG
ROSÂNGELA CALDEIRA	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
RUBIA MARA PIMENTA DE CARVALHO	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
THAMIRES SALES BONUTTI SILVA	CENTRAL EXPORTAMINAS
THIAGO LUIZ RODARTE	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - MG
SUBTOTAL = 35	

CONTATO	INSTITUIÇÃO
<b>SALVADOR/BA</b>	
ADEMIVAL JÚNIOR	FACULDADE DOIS DE JULHO
ANA LUISA BAHIA MASCARENHAS	SECRETARIA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO
ANDRE LUIS PINTO	INICIATIVA PRIVADA
ANDRE LEVIT	INSTITUTO EUVALDO LODI - BA
ANDRE LUIS SABACK COHIN	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUTUÁRIOS - RJ
ANDREA A. DE OLIVEIRA SANTANA	ASCOPLAN - ASSESSORIA CONTABIL E PLANEJAMENTO
ÂNGELO JOSE LEITE OLIVA	SECRETARIA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO
ANTÔNIO CARLOS SANTOS	COOHBA
ARISTEU BANDARÓ	INSTITUTO BAIANO DE METROLOGIA E QUALIDADE
BIANCA DE PAIVA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - BA
CARLOS AMARAL	FACULDADE DOIS DE JULHO
CARLOS S. ANDRADE	FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO - BA
CARLOS DE CARVALHO PAIVA	SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
CARMEM LÚCIA RODRIGUES M. COSTA	SECRETARIA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO
CLAUDIONOR SANTANA MACEDO	SINDICATO DOS CONTADORES - BA
CRISTIANO GUERRA BRASILEIRO	BANCO DO NORDESTE
CRISTINA MARIA QUINTELA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
DANIELA MASCARENHA CARDOSO	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MICROEMPRESA
DANIELA SOUZA DA SILVA	AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA
DARIUS VINÍCIUS Q. DA SILVA	UNIVERSIDADE DE SALVADOR
EDNALDO T. FERREIRA	CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL
EDSON SANTOS DE JESUS	SECRETARIA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO
EDUARDO FARIA DALTRO	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS/BA
EDUARDO FAUSTO BARRETO	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
EDVALDO ROMÃO	FÊNIX REPRESENTAÇÕES
ELANO SOLEDADE	EMPRESA BFCM CONSULTORIA
EMERSON GOMES OLIVEIRA	EMPRESA ASCOPLAN CONSULTORES
EUGÊNIO LASSERRE B. BADARÓ	FÓRUM PERMANENTE DAS MPE - BA
FABIANA CARVALHO	INSTITUTO EUVALDO LODI - BA
FABIO TEIXEIRA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - BA
FERNANDA FERRAZ PENA	REDE DE PROPRIEDADE E TRANSFERÊNCIA TECNOLOGIA - BA
FERNANDO AFONSO TEIXEIRA	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MICROEMPRESA
FRANCISCO MONTEIRO	SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
FRANCISCO NOBRE	SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - BA
FREI ROGERIO SOARES	PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA LUZ
FRUTOS G. DIAS NETO	FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE DIRIGENTES LOJISTAS - BA
GEYSA MARA DE BARROS SANTOS	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
GILBERTO MARCOS	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - BA
GIOVANE ARCANJO	INCUBADORA DE EMPRESA
GLÓRIA FEITOSA	SERVIÇO DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - BA
IANE SOUZA	SECRETARIA ESTADUAL DO TRAB. EMPREGO E RENDA - BA
ISABEL CRISTINA OLIVEIRA	FACULDADE DO ESTADO DA BAHIA

CONTATO	INSTITUIÇÃO
IVANA LÚCIA DOS SANTOS SANTIAGO	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - BA
JANAÍNA NEVES SILVA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - BA
JANEMARY MONTEIRO NASCIMENTO	FÓRUM PERMANENTE DAS PME - CE
JAQUELINE SOARES	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - BA
JEAN FREITAS	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - BA
JERÔNIMO JORGE DE ALMEIDA BATISTA	AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA
JOAQUIM GUIMARÃES DOS SANTOS	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - BA
JOSÉ ANTÔNIO COELHO DE ALMEIDA	UNIVERSIDADE DE SALVADOR
JURANILDES ARAUJO	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
JUSSARA DE FATIMA AMARAL	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - BA
KILDERE ABREU	ASSOC. BRAS. DE DESENV. ECON. DOS MUN. INTEGRADOS
LAUREDITE SILVA TRINDADE	SERVIÇO DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - BA
LEANDRO SANDY RODRIGUES	INSTITUTO BAIANO DE METROLOGIA E QUALIDADE
LENA MARIA DE CARVALHO CAVALCANTI	SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE
LITELTON BISPO PIRES	INSTITUTO EUVALDO LODI - BA
LORENA ROSA S. DE LIRA	SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMERCIO E MINERAÇÃO - BA
LUCIANA FERREIRA MENEZES	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - BA
LUCIANO SEIXA IVO	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - BA
LUIZ HENRIQUE AMARAL	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES
MARCELLE FATESENK	SECRETARIA INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO - BA
MARCELO PEREIRA MELO DULTRA	UNIVERSIDADE SALVADOR
MARCIO RICARDO G. GUEDES	SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - BA
MARCIO M. L. OITICICA	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA
MARIA CECILIA C. B. DE SANTANA	INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
MARIA DA GRAÇA PITIÁ BARRETO	UIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MARIA DAS GRAÇAS H. ALVES	DIVISÃO GERAL BAHIA
MARIA DOS PRAZERES SILVA DE SOUZA	UNIVERSIDADE DE SALVADOR
MARIA MICHELENE ALMEIDA	SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - BA
MARIA RAMOS NAPOLI	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO - BA
MARIA THEREZA ANDRADE	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO
MÁRIO FREITAS	INSTITUTO RECÔNCAVO DE TECNOLOGIA
MÁRCIO RICARDO G. GUEDES	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - BA
MÁRIO REZENDE	EMPRESA DONA PROPAGANDA
MAURICIO CARVALHO	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA
MIRIAN LEMOS	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - BA
MOACIR VIDAL COSTA	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MICROEMPRESA
NILO MEIRA FILHO	BANCO DO NORDESTE
PAULO RICARDO O.M. COUTO	SERVIÇO DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - BA
PEDRO AUGUSTO S. FERREIRA	PRODUTOR INDEPENDENTE
RITA DE CÁSSIA RIOS SIMÕES	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - BA
ROBERIO IBRAHIM	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA
ROBSON COSTA PEREIRA	INCUBADORA DE EMPRESA
RODRIGO PAULINO	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS EMPRESARIOS

CONTATO	INSTITUIÇÃO
SIMONE ARAUJO NETO	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
SOLANGE F. NERY	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA
TAÍS CARVALHO SILVA	RODRIGUES & VASCONCELOS ADVOGADOS
TALITA ASSIS	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA
TÉRCIO DE M. ROGÉRIO DE SOUZA	NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - BA
VANESSA WOLNEY SCHIMIDT	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA
VÍVIAN COSTA ALVES	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA
UIRATAN OLIVEIRA SANTOS	FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MICROEMPRESA
WILSON ANDRADE	FEDERAÇÃO DE ARTE EDUCADORES DO BRASIL
SUBTOTAL = 94	
<b>MINISTÉRIOS - BRASÍLIA - 14/5/2012</b>	
DIOGO BEZERRA BORGES	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
EDGAR ROCCA	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
ISOLDA DANTAS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
LUCIANA GUILHERME	MINISTÉRIO DA CULTURA
LUCILENE SANTANA	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
MARCELO CAMARGO	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
MARCIA PONTES	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
RENATO CARLOS	SERVIÇO NACIONAL DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
ROCHESTER COSTA	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
SANDRA UNGAR	MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
SILMAR P. RODRIGUES	SERVIÇO NACIONAL DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
VERA HARCAR	REDE DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
SUBTOTAL = 12	
<b>MINISTÉRIOS - BRASÍLIA - 29/5/2012</b>	
AMÁBILE PACIOS	FEDERAÇÃO NACIONAL DE ESCOLAS PARTICULARES
CRISLENE ESTEVAM	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CRISTINA SHIMODA	MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
DANIELLA PRADO	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
DIOGO BEZERRA BORGES	MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
ELIANA RAMIREZ	INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FABIO H. SAKATSUME	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
FERNANDA NAHYZ	INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GERALDO MAGELLA	BANCO DO BRASIL
GIANCARLO MURARO	MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
ILIANA CANOFF	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
JANEMARY MONTEIRO	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CEARÁ
JOÃO MARIA DE OLIVEIRA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
JOSÉ AIRTON MENDONÇA	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
LHAIZ NAYANNA	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
LUIZ LESSE M. SANTOS	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MARCELA C. TRAJANO	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
MARCOS AURELIO R. SANTOS	MINISTÉRIO DO TURISMO

CONTATO	INSTITUIÇÃO
NEIVA APARECIDA DUARTE	MINISTÉRIO DO TURISMO
NILVANA SOARES	MINISTÉRIO DO TURISMO
PAULO CARNEIRO	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
RAUL FERNANDO PORTUGAL	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
RAUL SUSTER	INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
ROCHESTER COSTA	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
SILMAR P. RODRIGUES	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SILVIO HENRIQUE PERFEITO	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SILVIO ROBERTO SAKATA	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
VERA HARCAR	REDE DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
<b>SUBTOTAL = 28</b>	
<b>SEMINÁRIO INTERNACIONAL</b>	
ALBINO POLI JUNIOR	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
ALESSANDRO VASCONCELLOS DA SILVA	MOPH - DIVISÃO AGE E PROTEÇÃO SOLAR
AMISHA MILLER	ENDEAVOR
ANA CARTAXO B. DE MELO	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - UNB
ANA MARIA DE ALMEIDA RIBEIRO	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ANA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA	SUPERINTÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
ANA PAULA DO NASCIMENTO	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ANA ROSA ATIQUE	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
ANADETE APOLIANO A. TORRES	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
ANDREA CRISTINA DOS SANTOS	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
ANDREIA DE JESUS DIAS PEREIRA	SECRETARIA DE ESTADO DA MICRO EMPRESA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - DF
ANITA GALLO	CONSULTORIA EM COMÉRCIO EXTERIOR
ANTONIO EVERTON CHAVES JUNIOR	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO
ANTONIO LUIZ OL. CORREA DA SILVA	COMPANHIA DE DESENV DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
ARIJ MOHAMAD RADWAN OMAR CHABRAWI	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - UNB
ARLINDO SOUSA CAVALCANTE	FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAPEBAS - PA
BARBARA LAYZA RAMALHO DOS SANTOS	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO
BRUNO MONTEIRO	SECRETARIA DE ESTADO DA MICRO EMPRESA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - DF
BRUNO VIEIRA	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
CACILDA MARIA DE ALMEIDA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MG
CAIO CORBADO	CORBADO GROUP
CÂNDIDO BORGES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CARLA MIRANDA	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CARLOS ALBERTO DE REZENDE	CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESÁRIAS DO BRASIL
CARLOS FERRAZ	POLARIS
CARLOS VELOSO	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
CELIA CRISTINA BARBOSA	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - UNB
CESAR PANTALEAO A. SILVA	TOTUS
CLEIBES T. RIBEIRO	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CRISTIANO SILVA	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA
DEBORA HORN	ASSOC. NAC. DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREEND. INOVADORES

CONTATO	INSTITUIÇÃO
DINIS SANTOS	HALIFAR
DIOGO BEZERRA BORGES	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
DUAR PIGNATON	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS EMPRESÁRIOS
EDUARDO MARTINS BORGES	SECRETARIA MICRO PEQUENA EMPRESA ECONOMIA SOLIDÁRIA
ELANY LEÃO	ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPRESÁRIOS DO DF
ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS
ENIO ZAMPIERI	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO
ERIC VALENZUELA	EMBAIXADA DAS FILIPINAS
EVA BETITA	EMBAIXADA DAS FILIPINAS
EVELEN LOISE	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA, TOCANTINS E CARAJÁS
FABIO HIDEKI SAKATSUME	MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA
FÁBIO ROBERTO FOWLER	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ/MG
FABRICIO ZASTAWNY	FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO
FERNANDA MARTINS VIANA DE CASTRO	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
FERNANDA OLIVEIRA	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - UNB
FERNANDA PINHEIRO LISBOA	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - RJ
FERNANDO PASSALIO	GOVERNO DE MINAS GERAIS
FRANCISCO RIBEIRO DE ALMEIDA	HSM EDUCAÇÃO
GERALDO MAGELLA RIBEIRO JUNIOR	BANCO DO BRASIL
GETULIO VAZ	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
GIANCARLO MURARO	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
GUSTAVO DE PAULA GASBARRO	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
GUSTAVO GORENSTEIN	POUP
HAROLDO CESAR BEZERRA DE OLIVEIRA	BLAZEI BRAZIL
ILDEFONSO CAMARGO	VALORESMEX
INGRID JANSCH PORTO	REDE GAÚCHA DE INCUBADORAS DE EMPRESAS E PARQUES TECNOLÓGICOS
ISOLDA DANTAS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
IVAN BICUDO	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR
IVANA RESENDE DE OLIVEIRA	COMPANHIA DE DESENV DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
JANEMARY MONTEIRO	SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CE
JEAN FREITAS	SECRETARIA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO E MINERAÇÃO - BAHIA
JEAN STYLIANOUDAKIS	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
JEFERSON NEY AMARAL	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENA EMPRESA - MG
JOÃO MARIA OLIVEIRA	INSTITUTO DE PESQUISA DE ESTATISTICA APLICADA
JOAQUIM NEVES DE CARVALHO FILHO	FED. DAS ENTIDADES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
JOSÉ AVANDO SOUZA SALES	ASSOCIAÇÃO TELECENTRO DE INFORMAÇÃO E NEGÓCIO
JOSE PAULO LOUREIRO FILHO	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
JOSE PORTELLA	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO
JOSE TARCISIO DA SILVA	CONFEDERAÇÃO NAC. DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
JOSEALDO TONMOLO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
JULIANA DIB	CENTRIA PARTNERS
JULIANA KROETZ CEZIMBRA	SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO À MICRO E PEQ. EMPRESA
JULIANA KROETZ CEZIMBRA	SECRETARIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO À MICRO E PEQ. EMPRESA

CONTATO	INSTITUIÇÃO
JULIO CESAR DURANTE	SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SP
JULIO MARIANO	TRAMITTY BUSINESS TO GOVERNMENT
KAELL CRUZ BARROS	EDITORA KELPS
KARLA RUAS BARCELLOS DO MONTE	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
LAURA NASCIMENTO MOREIRA	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
LEANTHO LIMIRIO GONÇALVES	SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO - GO
LELIO ALBERTO SARTINI	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
LENDRO ROBERTO DOMINQUINI	BANCO DO ITAU S.A
LENNA CARVALHO	SECRETARIA DE TRABALHO, RENDA, EMPREGO E ESPORTE
LIANE CANDIOTTO GUIMARÃES CUNHA	SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMERCIO - GO
LILIAM SANTOS	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMAÇÃO
LIPEL CUSTODIO	ABIMÓVEL
LÍVIA CAROLINA MACHADO	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - UNB
LORENA SOARES	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - UNB
LUCAS VIEIRA MATIAS	MINISTÉRIO DA FAZENDA
LUCIA VIEIRA	FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - MG
LUCIMARY GOMES MONTENEGRO	M5 ETIQUETAS
LUIS FELIPE S. T. CARVALHO	PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
LUIZ BARCELOS	SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
LUIZ CARLOS REBELATTO DOS SANTOS	WERT CONSULTORIA E TREINAMENTO
LUIZ SOARES DO NASCIMENTO JUNIOR	SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CE
MARCELO LIMA COSTA	MCL CONSULTORIA
MARCIA DE SOUZA PONTES	MINISTERIO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
MARCIA DIAS RAMOS	SECRETARIA DE ESTADO DO TRAB. EMPREGO E ECON. SOLIDÁRIA
MARCIO PADILHA	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESÁRIOS
MARCOS ANDRÉ FARIAS DE OLIVEIRA	SECRETARIA DE TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E EMPREENDEDORISMO
MARIA ANGELA MACHADO	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
MARIA APARECIDA ROSA V. B. BORGES	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
MARIA CLEIDE M. SILVA	BANCO DA AMAZÔNIA
MARIA DE NAZARE BEZERRA DE OLIVEIRA	SECRETARIA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
MARIA HELENA ATRASAS	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
MARIA LUIZA COSTA	RM CONSULTORIA
MARIA TERESA RODRIGUES REZENDE	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
MARISA BRANDÃO MARTINS	JUNIOR ACHIEVEMENT - GOIÁS
MARIZA DAS GRAÇAS BARBOSA CRUZ	SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
MAURO ODDO NOGUEIRA	INSTITUTO DE PESQUISA DE ESTATISTICA APLICADA
MICHELLE MARQUES	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
MOISES ANTONIO BORTOLOTTI	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS PROFISSÕES LIBERAIS
MURILO AUGUSTO CARRETEIRO CHAVES	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO
MURILO DE SOUSA BORGES	SANPLASTIC EMBALAGENS
MYRIAM DAMIANI DUARTE GODOY	MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES
NATALIA VERIDIANA OLIVEIRA	ABIMÓVEL
OLIVIA VOLKER RAUTER	JUNIOR ACHIEVEMENT - DF

CONTATO	INSTITUIÇÃO
PATRICK WALLACE	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
PAULO DA ROCHA FERREIRA BORBA	BANCO CENTRAL DO BRASIL
PAULO JOSE WANDERLEY BRAGA	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
POLIANNA BUGARIN	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DESENV. ECONÔMICO DE ALAGOAS
PRISCILA DOS SANTOS	MINISTERIO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
RAAD MASSOUH	SECRETARIA DE ESTADO DA MICRO EMPRESA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - DF
RAEL MAIRESSE	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS JUNIORES
RAFAEL LOUSA	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESÁRIOS - GO
RAUL CURRO	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR
RAUL PORTUGAL	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIAS
RENATO CASTELO	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
RENATO DE LIMA DIAS	EMATER
RENATO ROSSI	CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E EMPRESÁRIAS DO BRASIL
RICARDO LIMONGI FRANÇA COELHO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
ROBERT PARKINSON	ANDE POLO BRASIL
RODOLFO RAJA GABAGLIA ARTIAGA	SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
ROQUE ALVES	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
ROSANGELA MEDEIROS	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
ROSANGELA RIBEIRO	CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
RUI DIAS DA COSTA	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS
SANDRA MARIA SILVA UNGAR	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SHEILA O. PIRES	ASSOC. NAC. DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREEND. INOVADORES
SILMAR P. RODRIGUES	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SILVIO R. SAKATO	SECRETARIA DE ESTADO DA MICRO EMPRESA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - DF
SOILA BRILHANTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
SULAMITA A. PORTO	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS
TAIS PEREIRA VILELA	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
TATIANA DORIA	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
TELEZAIDA A. SILVA	Z.A.EMPREENDIMENTOS
THIAGO CUNHA SOARES	SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
THIAGO DE SOUZA PEIXOTO	SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO - GO
TIAGO MENEZES MACHADO	RECEITA FEDERAL DO BRASIL
UBAJARA BEROCAN LEITE	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
VALTER CESAR PAGANI	PAGANI & ATIQUÉ REPRESENTAÇÕES.
VINICIUS O. RIBEIRO	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO
VIVIANE ANDRESSA PINTO	SERVIÇO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA - RS
VIVIANE FERRAN	SERVIÇO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA - RS
WANDERLEY SILVA JUNIOR	TOTVS
WANY LEITE PASQUARELLI	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO
SUBTOTAL = 156	
TOTAL GERAL DE PARTICIPANTES NAS OFICINAS E SEMINÁRIO INTERNACIONAL = 483	